

“Nós vamos invadir sua praia”: um estudo sobre os arrastões e as abordagens policiais na praia de Ipanema¹

Pedro Sepulvida Garcia²

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo discutir a suposta “democracia” praiana, demonstrando como ela é sentida na prática pelos seus agentes e sob a perspectiva da Segurança Pública. Demonstra como as fronteiras nativas do espaço praiano se organizam de forma a separar os diferentes grupos a partir de suas diferenças sociais, culturais, físicas e comportamentais, deixando sob a polícia a tarefa de organizar e gerir esses grupos. Além disso, essa etnografia revela como o trabalho policial acontece na prática, sobretudo no verão, quando a praia costuma ficar mais cheia, as taxas de crimes começam a aumentar e os conflitos entre grupos começam a ser evidenciados. Os crimes que acontecem na praia também são tema deste trabalho, sobretudo o arrastão, que é uma categoria nativa entendida de forma distinta dependendo do local que o indivíduo ocupa na sociedade e no ambiente praiano. Os diferentes agentes da Segurança Pública presentes na praia (Guarda Municipal e Polícia) usam de estratégias e métodos frequentemente considerados ilegais para inibir a prática do arrastão, estando pautados sobre uma ótica muitas vezes racista, elitista e incriminatória, sobre os grupos de jovens suburbanos que vão em direção à praia em busca de lazer e, em alguns casos, em busca de oportunidades para a prática de crimes, como demonstrarei no trabalho através de minha observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos da mídia e estudos bibliográficos.

Palavras-chave: Polícia; Jovens; Arrastão; Praia.

ABSTRACT

This research aims to discuss the supposed beach "democracy", demonstrating how it is felt in practice by its agents and from the perspective of Public Security. After fieldwork I demonstrate how the native boundaries of the beach space are organized in such a way as to separate the

¹ Monografia de conclusão do Bacharelado em Direito da Universidade Federal Fluminense, defendida no ano de 2017. Foi orientadora a professora Izabel Saenger Nuñez. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado os professores Lenin Pires e Marcos Veríssimo.

² Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense.

different groups from their social, cultural, physical and behavioral differences, leaving to the police the task of organizing and managing these groups. In addition, this ethnography reveals how police work happens in practice, especially in the summer, when the beach usually gets fuller, crime rates begin to increase and conflicts between groups begin to be evident. The crimes that happen on the beach are also the subject of this work, especially the large-scale beach plunder, which is a native category differently understood depending on the place that the individual occupies in society and in the beach environment. I will demonstrate how the different public security agents and institutions present themselves at the beach (Municipal Guard and Police) use strategies and methods often considered illegal to inhibit trawling, being based on an often racist, elitist and incriminating view of groups Of suburban youths who go to the beach in search of leisure and often also in search of opportunities for the practice of crimes, as I will demonstrate at work through my participant observation, semi-structured interviews, analysis of media documents and bibliographic studies.

Keywords: Beach; Arrastão; Police; Young.

Introdução

Era um verão quente na cidade maravilhosa. As calçadas de pedras portuguesas em Ipanema fervilhavam de calor e pessoas, assim como em todos os finais de semana dos meses que compunham a estação mais aguardada pelos cariocas no ano de 2015. Muitos desses cariocas se deslocavam das mais diferentes formas para aquele local, considerado por muitos, o mais democrático de toda a cidade: a praia. Popularmente, as praias da Zona Sul sempre foram tidas como um ponto de reunião das mais diversas tribos, cores e classes sociais; um local onde todos poderiam circular livremente e por algum momento se sentir iguais àqueles que ocupam o guarda-sol ao lado.

Quem nunca escutou que a praia é o reflexo da “alma do carioca”? Na literatura, nas músicas cantadas pela Bossa Nova, nas novelas da TV, nas revistas e jornais a praia é representada como um marco da união das classes, a tranquilidade em meio a grande cidade. Observasse no contexto praiano brasileiro, sobretudo, uma grande riqueza de relações interpessoais, que ao final podem explicar muito de nossa sociedade e de nossa sociabilidade, um espaço de profundas embates sociais e inúmeras regras nativas. Em uma conferência, que ocorreu em 2003 na cidade

de Caxambu, em Minas Gerais, durante o XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Roberto Da Matta reconheceu que a praia é um tema ainda pouco explorado pela antropologia e que seu estudo é importante não só para entender o ambiente, mas também a complexidade das relações de sociabilidade que existem nelas. Ele disse:

- Pedindo, pelo amor de Deus, me estudem! Antropólogos cariocas, paulistas, me estudem no Rio de Janeiro! Obviamente, (a praia) é uma área crítica para entender aquela bagunça e aquela violência da sociabilidade carioca. A praia é evidentemente um espaço impressionante em termos de comportamento e sociabilidade.

Entender como a polícia se distribuía na cidade, sobretudo na praia, de forma a gerir e vigiar determinados grupos que formam o engendrado de classes sociais no Rio de Janeiro, foi o tema que me interessou. Porém, somente no verão de 2015, quando a polícia, através da Operação Verão, que visa combater os crimes na orla carioca, montou barreiras policiais nas principais vias de acesso às praias, determinando, de certa maneira, quem poderia ou não entrar na Zona Sul, que o meu interesse transformou-se em escolha. Uma reportagem do site de notícias R7 chama atenção para Operação, a partir de uma frase que abre a reportagem: “Com operação de guerra”, RJ faz blitz e reforça segurança nas praias contra arrastões neste fim de semana”. A suposta “operação de guerra” tinha como objetivo o bloqueio aos ônibus que vinham da baixada e a subsequente busca por supostos criminosos entre os passageiros. Assim esclarece a matéria:

As 17 blitz serão feitas estrategicamente em bairros distantes, como Sampaio e Méier, na zona norte, e também na área imediata da orla, que são os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, na zona sul. Segundo o coronel Cláudio Lima Freire, chefe do Estado-Maior da PM, nesses locais os policiais militares poderão interceptar e revistar coletivos.

— Muitas vezes passageiros nesses ônibus vêm com objetivo de cometer crimes. O bloqueio pretende levar tranquilidade à praia. (R7, 2015)

O deslocamento de certos grupos em direção à praia voltava a ser motivo de preocupação para as autoridades, principalmente para as responsáveis pela segurança pública da cidade. Isso porque a ameaça dos arrastões voltava a fazer parte do cotidiano praiano, fazendo com que a polícia voltasse a adotar métodos antes vistos pelo cotidiano carioca na década de 90, época em que os arrastões ganharam notoriedade. Entender como as blitz e abordagens policiais funcionavam se tornou, no decorrer desse trabalho, um dos pontos principais de pesquisa. Através

delas, pude perceber como o trabalho dos policiais e demais órgãos da segurança pública se organizavam e, em suma, como se distribuía na praia.

Escolhi o Posto 7 da praia de Ipanema como a base para a pesquisa. Descobri, ao longo do estudo de campo, que este era o local onde os grupos da Zona Norte e os jovens que praticavam os arrastões se reuniam. Esses eram os alvos preferenciais dos policiais militares e guardas municipais, que faziam abordagens aos jovens. Durante 6 visitas, em um período de 3 meses no verão de 2016/2017, pude presenciar, naquele canto da praia, diversas situações que nunca imaginei. Linchamentos, brigas entre jovens, afogamentos, agressões policiais aos meninos e diversas outras ocorrências que conto ao longo dessa monografia. No Posto 7, fiz muitos amigos e conheci pessoas, aos quais atribuo nomes fictícios, que foram determinantes na elaboração desta pesquisa. Eles me permitiram transmitir suas visões sobre o ambiente praiano e sobre os diferentes indivíduos que formam esse ambiente tão rico que é a praia.

Por fim, neste trabalho, descrevo o que observei na pesquisa desenvolvida na praia e busco traduzir de forma clara, dialogando com a teoria, como os órgãos de segurança pública, a partir do poder de polícia, tratam dos diferentes conflitos que surgem dessa socialização.

Capítulo 1 – Conhecendo Ipanema

Nesse primeiro capítulo explicito minha entrada na praia, trazendo os caminhos que me levaram até lá e até o tema desta pesquisa. Também esclareço os primeiros contatos com as pessoas que tornaram esta pesquisa possível e que me apresentaram suas visões para entender as diversas questões que envolvem a praia, os arrastões e a relação entre banhistas, barraqueiros, jovens e a polícia. Para tanto, demonstro como a praia se divide em tribos que são formadas a partir de afinidades e identidades comuns, que delimitam o espaço que cada um ocupa.

É interessante perceber como até “a ida à praia”, que dá nome ao primeiro subcapítulo desta pesquisa, é fundamental para recriar o contexto que a cercava quando fiz a pesquisa. Naquele período, os arrastões e a violência na Zona Sul carioca voltavam a ser noticiados na mídia, que teve um papel fundamental na construção do imaginário popular entorno do “arrastão” e na sensação de insegurança que rondava a praia de Ipanema, fazendo com que um grande aparato policial fosse deslocado para a área.

1.1.A Ida à Praia

Era uma quarta-feira de sol, acordei às nove horas da manhã, tomei meu café reforçado enquanto acompanhava os noticiários na TV que falavam sobre as eleições, sobre o tempo daquele dia ensolarado e, como de praxe, as notícias da violência e dos crimes cometidos na cidade. Por coincidência, no dia anterior, uma “mega operação policial” no morro Pavão-Pavãozinho, localizado entre dois dos bairros mais nobres da cidade, e próximo as praias de Copacabana e Ipanema, gerou um grande tiroteio entre traficantes e policiais. Esse episódio ficou marcado pela imagem da queda de um “bandido” do alto de uma encosta de pedra, com aproximadamente 200 metros de altura, enquanto um helicóptero atirava em sua direção. A operação deixou 3 traficantes mortos, apreendeu relevantes quantidades de drogas, além de um arsenal de armas de fogo encontradas na favela que, por incrível que pareça, conta com uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Apesar do clima aparentemente tenso e quente, no duplo sentido da palavra, pois era verão, estava motivado a iniciar minha pesquisa. Muito animado com o tema que havia escolhido, afinal nem todos têm o privilégio de juntar seu trabalho a um dos momentos de lazer mais desejados pelos cariocas em dia de sol: a praia. Ainda mais, considerando por essa não ser qualquer praia, e sim a praia de Ipanema. Juntei meu par de chinelos, protetor solar, óculos de sol, documentos, algum dinheiro e me dirigi até o ponto de ônibus mais próximo de casa. O ônibus sairia do bairro de Icaraí, considerado um dos mais nobres da cidade de Niterói, e teria como destino a praia de Ipanema; essa era a primeira de um total de 6 visitas que faria até o final de minha pesquisa de campo.

A passagem do ônibus era bastante cara, custava R\$9,50, se comparada ao valor normal da tarifa básica de R\$3,80. Como era a primeira vez que ia a Ipanema sozinho e de ônibus, pedi ao motorista algumas informações de como chegar e qual o caminho tomar ao desembarcar no ponto final do ônibus. Ele, que diferente de muitos motoristas, se mostrou muito educado e cordial, me informou sobre a mudança do ponto para Copacabana, não sendo mais em Ipanema e ainda me deu dicas de como me comportar no bairro. Tinha ouvido da minha namorada para não levar objetos de valor que pudessem chamar atenção, ouvi isso dele também, e segui as instruções.

O ônibus era limpo, se diferenciando da maioria dos ônibus urbanos, tinha cadeiras bem confortáveis e ar-condicionado, deixando a viagem mais cômoda e agradável. Ao me acomodar na poltrona localizada na terceira fileira do ônibus, ao lado da janela, lembrei-me da história que havia me motivado a fazer essa pesquisa, de como os moradores de regiões mais pobres da cidade que se deslocavam em ônibus sujos, cheios e quentes, em direção à praia, encontravam e enfrentavam em seu caminho os dilemas e dificuldades que falarei mais adiante em meu trabalho.

Felizmente, para mim a história era outra. O ônibus foi rápido e, após passar por alguns trechos de Niterói, ingressou na ponte Costa e Silva, popularmente conhecida como ponte Rio-Niterói. Na ponte, não parou mais, até chegar ao seu destino final.

Já no Bairro de Copacabana, percorremos toda a Rua Barata Ribeiro e, ao final da Rua, encravado entre montanhas mais altas que os prédios, vi as casinhas de tijolos penduradas na beira do precipício. A proximidade entre as casinhas e os apartamentos, que podem chegar a cifras milionárias, me fez pensar nas fronteiras simbólicas que são criadas diariamente em nosso contexto urbano, e que podem ser transpassadas constantemente na cidade do Rio, sem que se perceba. É bastante comum no município do Rio de Janeiro a proximidade entre classes sociais tão distintas, tão comum que muitas vezes ultrapassamos as fronteiras simbólicas que determinam a diferenciação, a mudança de ambientes e das regras de convivência, sem que seja possível perceber. Mariana Jantsch de Souza classifica essas fronteiras como sendo espaços híbridos, onde grupos diferentes se encontram e criam tensões inerentes a essas diferenças.

Num contexto cultural e social a ideia de fronteira é um desdobramento da ideia de Nação, ambas encaradas como construções discursivas e por isso com implicações simbólicas. A fronteira se constrói a partir da diferença, se molda rente à alteridade e precisa dela para determinar-se. A fronteira, então, denuncia as tensões entre dois espaços: o dentro e o fora; o Eu e o Outro. Ao mesmo tempo, promove imbricações entre seus pares binários, o que resulta em uma zona híbrida onde ocorre o contato entre os polos separados, espaço em que são postos frente a frente. [...] As fronteiras simbólicas atuam como mediadoras das relações e interconexões entre o Eu e Outro a partir desse jogo de representações e dos sentidos que produz, conforme ressalta Pesavento. Assim, essas fronteiras invisíveis e simbólicas são, em última análise, sentidos culturais, formas de representação da realidade. (SOUZA, 2014)

Quanto mais próximo o ônibus chegava da montanha que abrigava aquelas casinhas, mais os rostos e as configurações do bairro mudavam. Soube depois que a montanha se tratava de parte do complexo de favelas Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, conjunto de comunidades que remonta do início do século XX, formada a partir da vinda de migrantes de municípios do interior do estado

do Rio de Janeiro e de outros estados da federação, a procura de oportunidades de emprego na Zona Sul da cidade. Grande parte dos meus interlocutores da pesquisa, principalmente os vendedores ambulantes que ganhavam a vida na praia, eram originários daquele complexo de favelas, que abriga cerca de 10 mil moradores segundo o Instituto Pereira Passos, com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Próximo da favela, o comércio informal era maior, era fácil ver pessoas sem camisa, o barulho era diferente e era possível ver grupos de jovens negros caminhando em direção à praia. Apesar da rápida passagem pelo ambiente, aquela mudança repentina de ordenamento me deixou ainda mais pensativo sobre como se organizam essas fronteiras simbólicas e como cada morador do bairro, seja da favela ou do “asfalto”, lida com a ideia de dividir um espaço entre pessoas que moram tão perto, mas ao mesmo tempo estão tão distantes uma das outras, seja econômica, social ou culturalmente.

Apesar de o dia anterior ter sido marcado pelo tiroteio na comunidade que abrigava aqueles barracos e por momentos de tensão no “asfalto”, tudo parecia correr normalmente no bairro de Copacabana. Por muito tempo os moradores, tanto das casinhas do Pavão-Pavãozinho quanto dos prédios compostos de apartamentos grandes e luxuosos, se viram livres da guerra entre traficantes e policiais no bairro. As janelas blindadas dos apartamentos de frente para a favela já pareciam um acessório de luxo, portanto desnecessário, além disso remontavam a um tempo de tiroteio diário que, para muitos, já tinha ficado no passado.

A instalação da UPP na favela, em 2009, teria, teoricamente, desencadeado uma maior sensação de segurança nos bairros da Zona Sul e as favelas que antes eram territórios “inacessíveis” aos moradores do “asfalto” acabaram virando mais um ponto turístico da região. Muitas casas da comunidade se tornaram *Hostels*, lojinhas de *souvenirs*, restaurantes valorizados pela vista privilegiada de toda a praia. No final do ano, era comum ver nos noticiários moradores alugando suas lajes para turistas estrangeiros e brasileiros acompanharem a queima de fogos do *Réveillon* em Copacabana. Apesar dessa aproximação entre os moradores da favela e do “asfalto” da beira da praia, os dois grupos ainda pareciam se ver e agir como diferentes, pois aos meus olhos pude ver essa diferenciação, conforme o modo de vestir, falar e se portar nos ambientes em que transitam. Estava refletida na praia o ponto de encontro de maior confluência dos dois grupos, era lá que a tensão e o confronto verdadeiramente aconteciam, de forma escancarada, sem cortinas

para esconder e janelas blindadas para separar, e era nesse ambiente, aparentemente explosivo, que eu estava prestes a entrar.

Continuei meu trajeto no ônibus cruzando o túnel Sá Freire Alvim, que passa por baixo de toda a comunidade Pavão-Pavãozinho, na divisa entre Copacabana e Ipanema. Pulei para a cadeira atrás do motorista e pedi que me deixasse o mais próximo possível da praia de Ipanema, ele imediatamente parou o ônibus na esquina da Rua Raul Pompéia com Avenida Rainha Elisabeth, e me apontou a segunda rua como destino, me mandando seguir até o final para chegar à praia. Caminhei por uns cinco minutos nessa rua arborizada e incrivelmente vazia. À minha frente apenas um homem de chinelo, bermuda e toalha na mão que, coincidentemente, havia descido do mesmo ônibus que eu.

A chegada ao fim da Avenida Rainha Elisabeth foi sentida como uma luz ao fim do túnel, as sombras das árvores e dos prédios aos poucos desapareciam, assim como minha “sensação de insegurança”, e lentamente eu via a imagem da praia se formar. Parei por alguns segundos na esquina da Rainha Elisabeth com a Vieira Souto, que corta a praia de ponta a ponta, e imediatamente uma viatura da polícia com dois policiais parou na minha frente. A Avenida Vieira Souto estava interditada, possibilitando caminhar livremente no meio da rua. E foi o que fiz, caminhei na Avenida em direção a Pedra do Arpoador, famosa pelo visual de toda a praia e pela vista do pôr do sol ao fim de tarde.

Percebi, ao caminhar, que apesar do feriado a praia não estava cheia e o movimento era menor, talvez devido ao dia de descanso extra ter caído no meio da semana. Porém a orla estava repleta de policiais que se deslocavam em grupos de 3 a 5 membros, todos com o uniforme da Operação Verão, verde fluorescente forte, que poderiam ser vistos a centenas de metros. Além disso, usavam bermuda preta, meias brancas na altura da canela e tênis de caminhada de cor escura. Também estava presente o Batalhão de Choque da Polícia Militar, responsável por dar apoio ao patrulhamento da Operação, circulando com motos e carros. A guarda municipal fazia patrulhamento a pé e de carro. Eles, por sua vez, vestiam uma camiseta branca ou azul marinho e usavam bermuda bege; em suas mãos carregavam um cassetete preto, demonstrando estar prontos para uma batalha ou rebelião. A Tropa Montada também fazia a ronda em alguns trechos da praia.

Continuei caminhando em direção a Pedra do Arpoador e, na altura da Rua Francisco Otaviano, quase no final da praia, ao lado da recém-inaugurada estátua de bronze de Tom Jobim,

pude ver um grande caminhão branco com as iniciais CICC em azul. Pouco tempo depois, soube ser esse o Centro Integrado de Comando e Controle Móvel da Operação Verão, coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança e pela Secretaria de Estado de Defesa Social. No topo do caminhão haviam duas câmeras direcionadas ao trecho da Pedra do Arpoador, que pareciam vigiar as centenas de jovens negros da periferia da cidade e das favelas próximas que se concentram sempre naquele canto da praia.

Sentei em um dos bancos no final da praia, sob alguns coqueiros, um pouco depois do Posto 7, e pude começar a perceber como o público daquele posto se diferenciava dos demais; como o policiamento se organizava de forma diferente; como cada indivíduo parecia interligado, desde o menino descalço, passando pelo barraqueiro até chegar na madame que passeava pela orla, e como a praia parecia mais viva do que nunca.

1.2. “Barraca do Alemão”

Um dos meus primeiros contatos com uma pessoa “local” aconteceu logo em uma das minhas primeiras visitas ao Posto 7, quando o acaso me levou a ser apresentado aos ambulantes e, mais especificamente, aos vendedores da “Barraca do Alemão³”. Eu mal sabia a importância que aquela simples tenda de 4x3m metros quadrados e aqueles vendedores, que passavam o dia alugando cadeiras e fazendo drinks para os banhistas na praia, teriam para minha pesquisa.

Era por volta de três horas da tarde, eu estava sentado em um quiosque no calçadão quando vi, à minha esquerda, um grupo de policiais se preparando para uma ação na areia em busca de menores infratores e possíveis criminosos. Estava prestes a ver a ação que denominei de “contra arrastão”, sobre a qual tratarei posteriormente.

Enquanto tirava algumas fotos e observava a ação policial, desci para a areia, andei alguns metros e encostei-me a uma barraca, tentando passar despercebido pelos policiais, enquanto registrava as cenas de abordagem. Foi então que conheci Edmilson, um dos ajudantes que trabalhava na “Barraca do Alemão”, também chamada de barraca do Tuca. Tuca era dono daquele ponto, responsável pelas vendas de bebidas e aluguel de barracas em um pequeno trecho de areia,

³ Para preservar os meus interlocutores, mudei seus nomes, bem como os nomes dos estabelecimentos comerciais que frequentei durante a pesquisa.

logo em frente à base do Corpo de Bombeiros do Posto 7, e chefe de Edmilson. Edmilson era como um braço direito de Tuca, um ajudante fixo e de confiança, que, conforme o movimento de banhistas na praia, optava por trabalhar com mais um ou dois ajudantes volantes.

As barracas do Posto 7, anteriormente, eram próprias de cada barraqueiro, portanto diferentes umas das outras. Conforme ouvi de Tuca, com o passar do tempo, a Prefeitura do Rio optou por tomar as barracas antigas e ceder a esses comerciantes barracas novas e padronizadas, através de uma parceria público-privada. A faixa de areia que cada barraca podia vender era delimitada por uma linha imaginária e inconstante traçada diariamente entre os vendedores. Considerando que as barracas cedidas não eram de localização fixa, portanto nunca eram posicionadas exatamente no mesmo lugar sempre. A disputa por clientes era grande e havia um acordo de respeito mútuo que especificava a quem “pertencia” cada cliente, conforme o local em que a pessoa estava. No entanto, nem sempre esse acordo era respeitado. Com o decorrer da pesquisa, pude presenciar ocasiões nas quais os vendedores de barracas vizinhas iam até o espaço de Tuca para conseguir um cliente e levá-lo para o seu espaço na praia. Apesar de algumas vezes isso gerar um mal-estar entre os barraqueiros, na maioria das vezes torna-se um motivo de piada, como algo a ser levado na brincadeira e que logo depois era esquecido.

Edmilson foi o primeiro com quem fiz contato, pois naquele dia trabalhavam somente ele e um ajudante, na barraca que pertencia ao Tuca. Edmilson, assim como eu, observava a ação policial e parecia apreensivo. Me aproximei lentamente e parei ao seu lado, fiquei ali por alguns segundos, sem que ele notasse minha presença, e então disparei uma sequência de perguntas, que pareceram não incomodá-lo. Primeiro perguntei se era comum aquele tipo de ação policial, ele disse que sim, era comum os policiais usarem aquele tipo de estratégia para encurralar os jovens na pedra, mas fez ressalvas pois achava que, por vezes, talvez a ação não fosse muito eficaz. “ Às vezes eles conseguem escapar, o número de polícia tem dia que é menor que o número dos ‘caras’ (jovens que se concentram no Arpoador). Eles às vezes se jogam da pedra *pra* água *pra* escapar, e os policiais não conseguem pegar”, disse.

Pedi uma cerveja para tentar estender nossa conversa e buscar mais informação que julgava importantes naquele momento. Enquanto trazia minha cerveja, eu fazia mais perguntas para ele: “ É frequente a prática do arrastão aqui?” Edmilson, com um sorriso no canto da boca respondeu: “ Aqui é o que mais você vai ver em dia de domingo com sol. Hoje não, hoje o movimento está menor. Do nada começa a correria e você vê os menores correndo com as coisas dos outros”.

Edmilson puxou uma cadeira de plástico branca para mim e pediu para eu sentar, ele parecia interessado em contar as histórias que aconteciam na praia, dos arrastões, das brigas e das confusões envolvendo a polícia e os jovens. Enquanto conversávamos, um grupo de policiais subiu a Pedra do Arpoador atrás de mais jovens. Ao longe era possível ver os trajes verde fluorescente circularem pela pedra e, em alguns momentos, dava para ver as abordagens e as revistas pessoais feitas nos pequenos grupos que se encontravam sentados naquele local. Perguntei a Edmilson o que ele achava do trabalho da polícia ali na praia, prontamente ele me respondeu:

– *Pô*, eles estão fazendo o trabalho deles. Esses menores estão *sem jeito*, se não fosse o trabalho deles estaria pior. A gente perde dinheiro com os arrastões, quando eles acontecem as pessoas ficam tão desesperadas para sair da praia que deixam de pagar o que consumiram, até o aluguel das cadeiras a gente perde, estamos tendo até que cobrar antes para evitar esse problema. (Edmilson)



Figura 1: Policiais patrulham o alto da Pedra do Arpoador

Conversamos durante alguns minutos sobre assuntos aleatórios como futebol e a vida. Edmilson me disse ser morador do Pavão-Pavãozinho e trabalhar na praia há quase 30 anos como barraqueiro, e que considerava o trabalho muito cansativo, mas muitas vezes recompensador, pois trabalhava em um dos lugares mais lindos do mundo, segundo ele. Senti-me obrigado a contar um pouco da minha vida a ele, pois julguei necessário para estabelecer uma maior relação de confiança e proximidade. Disse que era de Niterói, que fazia faculdade de Segurança Pública e que estava ali para fazer uma pesquisa sobre os arrastões. Com uma risada alta Edmilson falou: “Se você veio atrás dos arrastões, você está no lugar certo”. Ele se mostrou muito interessado em minha pesquisa

e animado por poder me ajudar e participar dela, chegou a dizer a um dos amigos que passara na barraca que eu escreveria uma matéria para o jornal. Aproveitei o clima de confiança e descontração e fiz uma pergunta que depois percebi arriscada: questionei se ele conhecia alguns dos jovens que praticavam os arrastões na praia. Como quem se esquivava de um soco, Edmilson respondeu: “Eu não! Tá doido! Não... nem sei quem são! Eles não são do Pavão (favela de onde era oriundo) não, eles são tudo da Rocinha ou do Jacaré, quando não são do Jacaré, são daquelas comunidades do lado de lá”. Ao meu ver, além da necessidade de se distanciar da figura do arrastão, para Edmilson havia a necessidade de se diferenciar dos próprios “favelados”, ser favelado da Zona Sul lhe conferia um outro status na praia. Um “favelado” do Pavão ou das favelas próximas era visto como o “O favelado”, que teria criado a imagem do posto, assim como coloca Huguenin.

A divisão entre morro e asfalto, por exemplo, guarda outras hierarquizações. Morar na favela, por exemplo, é algo com significados distintos. Um morador da Santa Marta, em Botafogo, do Cantagalo, em Ipanema, ou do Vidigal, no Leblon, “mora pior” que os residentes dos prédios dos referidos bairros, mas “mora melhor” que outro que resida no Complexo do Alemão ou em Vigário Geral, na Zona Norte. Nesse caso, mesmo entre os favelados, existe uma valoração dos locais de moradia e das condições de vida que o espaço lhes proporciona e representa. (HUGUENIN, 2011)



Figura 2: Modelo de barraca ao lado do Posto 7

Assim, entendi como “comunidades do lado de lá” as comunidades da Zona Norte da cidade e da Baixada Fluminense. Segundo Edmilson, são provenientes dessas comunidades os jovens que promovem os arrastões na praia. A meu ver, para Edmilson, era necessário diferenciar o favelado “baderneiro”⁴, quem promovia os arrastões, dos demais favelados, de classe baixa e humilde, mas que, segundo ele, escolhiam aquele canto da praia como refúgio. Era ali, naquele cantinho da praia, que os “favelados” do Pavão se sentiam aceitos; era ali que poderiam levar seu frango assado com farofa, sem atrair “olhares tortos” e preconceituosos; era ali que os jovens escutavam suas músicas altas de “funk proibidão” nos seus radinhos a tira colo, sem que fossem incomodados; e também era ali que gritar era permitido, fumar era permitido, correr e jogar bola próximo ao vizinho de barraca era permitido. Quase tudo era permitido e, conforme conversava com Edmilson, entendi que a diferença entre esse público do canto do Arpoador e os demais grupos que dividiam a praia se dava exatamente por essas questões; todas as “permissões” atribuíam uma identidade para aqueles que frequentavam o Posto 7, ou o famoso “Posto dos farofeiros”, como ficou conhecido em Ipanema.

Realmente, conforme mais eu via, mais podia compreender que o Posto 7 apresentava uma identidade diferente de qualquer outro posto da praia, os que mais se aproximavam talvez fossem o 8 e o 12, por apresentarem públicos de classe social semelhante, mas mesmo estes tinham suas diferenças, que só podiam ser percebidas quando se pisava na areia e passava um tempo em cada um deles. Abordarei essas diferenças no próximo capítulo, reservado para as separações dentro da própria praia, onde o ambiente de união de classes, que por muito tempo eu pensei existir, estava prestes a ser desconstruído com a minha pesquisa.

Eu não via uma relação de proximidade entre diferentes postos e seus banhistas. Percebia que cada posto e seus frequentadores compartilhavam características comuns e territoriais que demonstravam a existência de uma identidade de grupo e comunidade para si e demarcadas para fora. “Todo grupo social tem uma versão de si mesmo, uma imagem que cultiva e difunde. [...] Um lugar “onde todos se conhecem”. Uma “comunidade”.” (DOS SANTOS e VOGEL. 1981, pág. 62). Era exatamente a que o Posto 7 me remetia, uma comunidade, um espaço urbano apropriado por determinadas pessoas através de um “significante comum” (IDEM. pág. 23). Por muitas vezes eu me senti parte dessa grande comunidade, graças à Barraca do Alemão.

⁴ A categoria “baderneiro” é utilizada pelos banhistas da praia de Ipanema para classificar os jovens que se envolvem ativamente no arrastão.

Depois de um tempo frequentando a Barraca do Alemão, me senti parte daquela comunidade; fui acolhido e passei a me sentir mais à vontade, mesmo em um ambiente novo e, por muitas vezes, hostil. Lembro-me da segunda vez que voltei à barraca a convite de Edmilson, e lá estava Tuca, que me recebeu muito bem. Aparentemente Edmilson já havia falado de mim para ele, pois sempre que alguma pessoa chegava lá me perguntava se eu era o rapaz da pesquisa. Outra vez, me perguntaram se eu era o rapaz do arrastão. Todos pareciam muito interessados em me ajudar e me mostrar tudo.

Por intermédio de Tuca e Edmilson, fiquei sabendo quem eram os apontados como praticantes dos arrastões. Eles me apontavam os indivíduos e muitas vezes os grandes grupos de menores que, segundo eles, com frequência praticavam os crimes na praia. Além disso, dividiram comigo as estratégias que os jovens usavam para praticar os arrastões, fugir da polícia e se livrar das provas.

Segundo me disseram, o processo funcionava de duas maneiras. Uma: formava-se um grupo de 4 a 5 pessoas para engendrar a gangue que praticaria o arrastão, em média, dois ou três ficavam responsáveis por causar um tumulto repentino na praia, a fim de causar correria ou a distração dos banhistas. Enquanto isso, os outros corriam em direção às barracas, pegavam os pertences das vítimas e logo sumiam em meio à multidão e ao comércio. A segunda forma era diferente e, segundo eles, mais violenta. Nesta modalidade de arrastões, grandes grupos com 15 a 20 integrantes iniciavam uma grande correria na praia, dificultando sua identificação no meio da multidão, depois de escolherem determinada barraca, por meio de força física e agressões, retiravam os pertences das vítimas e logo se dispersavam, dividindo o lucro rapidamente. Dificilmente eram pegos e, quando eram, como presenciei por duas vezes, os indivíduos já não estavam com o produto do roubo.

Nestas duas ocasiões em que presenciei os arrastões, Edmilson e Tuca sempre permaneceram calmos e buscaram gritar por meu nome quando percebiam, queriam me mostrar cada detalhe e explicar tudo. Edmilson parecia prever todos os movimentos, tanto dos policiais quanto dos meninos, e narrava a cena com uma mistura de entusiasmo e preocupação com seus clientes, assim como com os materiais de trabalho que, por vezes, acabavam sendo quebrados na confusão. Felizmente, para Tuca, os arrastões não aconteceram no trecho pelo qual ele era responsável e nenhuma de suas barracas e cadeiras ficaram danificadas. No entanto, diziam os comerciantes, o prejuízo não se resumia a isso, pois logo após os atos notavam o esvaziamento

imediatamente da praia. Notava também que a perda da clientela era o que, de fato, mais incomodava Tuca e Edmilson. Logo depois do arrastão, que geralmente aconteciam no período da tarde, entre meio dia e quatro horas, era possível notar uma mudança no ânimo dos vendedores, que começavam a guardar seu material mais cedo, mesmo sabendo que o sol iria até mais tarde por conta do horário de verão.

Apesar de estar entrando em um ambiente até então desconhecido, e presenciar situações que não estava acostumado, sempre mantive a calma, pois me sentia protegido pelos barraqueiros do quiosque. Segundo diziam, se eu estivesse próximo a eles, os jovens nunca mexeriam comigo. E era verdade: todos pareciam gostar, conhecer e respeitar Tuca, ele sempre estava disposto a ajudar seus amigos barraqueiros e ambulantes, mesmo que isso gerasse prejuízo a ele. Com muita frequência, apareciam pessoas pedindo favores à Tuca que prontamente os atendia. Fosse para pedir água, cerveja, refrigerante ou até um pouco de seu gelo.

Tuca sempre propunha uma troca de favores. Se um vendedor de *esfiha*⁵ chegasse lhe pedindo uma Coca-Cola, ele a dava prontamente, sem, no entanto, deixar de pedir um salgado em troca. Parecia ficar incomodado quando não conseguia o favor de volta ou alguma troca, mas acabava cedendo ou deixando para cobrar o favor posteriormente. Certa vez, um rapaz que Tuca não conhecia, chegou a sua barraca, o chamou no canto e pediu sua bicicleta para ir a um mercado próximo. Tuca ficou desconfiado, mas não negou de cara, chamou todos que trabalhavam com ele e perguntou se conheciam o rapaz. Edmilson foi o único a se apresentar, dizendo que o conhecia de vista e que o rapaz morava na comunidade do Pavão. Enquanto isso, o rapaz tentava convencer Tuca a lhe emprestar a bicicleta, e repetia várias vezes a expressão “eu sou ‘cria’ da favela, pode confiar”. Eu já havia escutado essa expressão anteriormente, mas, pela primeira vez, a vi sendo usada naquele contexto, ou talvez fosse a primeira vez que tivesse dado real atenção ao valor que aquela expressão tinha na praia. Tuca, apesar de reticente, emprestou a bicicleta ao rapaz que retornou meia hora depois e a devolveu a Tuca em perfeito estado.

Tudo isso me fez perceber, com mais intensidade, o senso de comunidade que transpassava a favela e chegava até aquela pequena faixa de areia, no cantinho da praia de Ipanema, bem próxima à Pedra do Arpoador. Constantemente, quando algum conhecido da comunidade passava na barraca, era sempre uma festa. Tuca oferecia cerveja e todos ficavam ali, conversando por um

⁵ A *esfiha* é uma pequena torta, de origem síria e libanesa, tradicionalmente feita com massa de pão, assada no forno, recheada com carne bovina, carne de carneiro, queijo, coalhada ou verduras temperadas.

bom tempo. A praia era um lugar de encontro e lazer fora da comunidade que permitia às pessoas que vinham de lá gastar pouco e não mudar sua identidade para serem inseridas em outro contexto, parecia como a extensão de suas casas, pois, no Posto 7, eles podiam ser as mesmas pessoas da comunidade e não precisavam encenar um papel para se encaixar no ambiente.

Na praia, eram contadas muitas histórias da comunidade, comecei a conhecer a vida e as figuras da comunidade, que vez ou outra passavam pela praia, sentado com os rapazes na Barraca do Alemão. A praia era, sobretudo, um local de “azaração”⁶, onde meninas da comunidade iam desfilarem com seus biquínis curtos e seus corpos bronzeados, atraindo olhares e cantadas dos barraqueiros. Em um dos meus dias de campo, vi uma menina do Pavão passar bem perto da barraca de Tuca. Era morena, tinha um cabelo encaracolado que ia até a altura da cintura, um quadril largo e pernas de causar inveja a qualquer passista de escola de samba. Ela olhou para a barraca e sorriu para os barraqueiros que a conheciam e eles, por sua vez, acenaram, admirando-a, e fizeram brincadeiras para chamar sua atenção. Logo que a moça passou, começaram os comentários. Enquanto eu achava engraçado e ria, os ouvia falar sobre quem já havia saído com ela, além das discussões que aconteciam na comunidade entre eles próprios e, também, entre outros jovens, sobre quem tinha maior chance de sair com a moça, bem como o que fariam e como agiriam, caso conseguissem o encontro.

Essas discussões, muitas vezes, evoluíam para ofensas, mas logo eram apaziguadas. Porém, era muito comum ter brigas, discussões e confusões envolvendo os “farofeiros” da praia. Assim aconteceu quando dois rapazes se agrediram, após um ter mexido com a namorada do outro. Para além das discussões “amorosas”, entende-se aqui discussões que envolviam alguma azaração, era comum ver brigas entre jovens naquela faixa de areia. O que é importante desassociar aqui são aqueles jovens, meros frequentadores da praia, com os demais jovens que também se envolviam em confusão, porém intuitivamente, ou seja, se aproveitavam das circunstâncias conflitantes para cometer crimes.

Em um segundo momento, vi um jovem ser agredido com cadeiradas e um cabo de guarda-sol enquanto estava caído no chão, só sendo possível, com a chegada da Guarda Municipal, retirá-lo do meio dos outros jovens que, enfurecidos, o chamavam de ladrão. Para mim, começava a ficar clara a dissociação que a maioria dos “farofeiros” tentavam fazer entre si e os criminosos. Na visão

⁶ A azaração é uma “ação ou tentativa de buscar companhia amorosa”, segundo o Dicionário.

dos trabalhadores da praia era muito ruim ter a imagem do Posto 7 associada às práticas do arrastão, até mesmo por uma questão financeira e de negócios. Assim como para aqueles jovens que iam lá apenas para curtir a praia, essa associação resultava nas relações deles com policiais que por não conseguir, ou por não querer, os diferenciar, tratava-os da mesma forma truculenta.

O tema “polícia” sempre era difícil de tratar com os ambulantes, apesar de concordarem com o trabalho e a ação da polícia na praia, muitos ainda nutriam certa desconfiança sobre a instituição. Sempre que perguntava a Tuca ou Edmilson sobre o assunto, eles tentavam desconversar e, em raras exceções, topavam falar sobre algum policial diretamente. Quando começavam a fazê-lo, sempre diminuía o tom de voz, como se fossem cochichar algo ao meu ouvido, quase como se alguém os vigiasse, de modo que nunca chegavam a se aprofundar na questão e sempre deixavam algo subentendido, como se quisessem falar, mas não o pudessem. Um exemplo aconteceu quando os perguntei sobre dois homens que sempre estavam na praia conversando com os policiais. Ambos trajavam roupas comuns, sempre estavam próximos às abordagens dos policiais e, em alguns momentos, esses mesmos homens, por conta própria, também abordavam os jovens e os encaminhavam aos policiais da Operação Verão. Um dia, perguntei a Edmilson quem eram aqueles homens que estavam sempre na praia, ele me disse que eles trabalhavam em conjunto com os policiais. Posteriormente percebi que se tratavam de policiais do serviço reservado, mais conhecidos como P2⁷.

Foi também por intermédio de Tuca que soube do policial mais temido pelos jovens que cometem crimes na praia, o Rocha, para o qual reservarei um subcapítulo desta monografia. Segundo Tuca, o famoso policial seria conhecido por sua atuação “linha dura” com os jovens na praia, de modo a manter a ordem em dias de praia cheia: “No dia do plantão do Rocha os caras nem vem à praia, eles já sabem até o dia em que ele trabalha”, me contou Tuca.

Apesar da relação de aparente desconfiança quanto aos policiais, tudo corria normalmente quando se falava com eles, alguns eram clientes de Tuca e o tratavam com respeito. Em todos os dias que estive na praia nunca presenciei qualquer problema envolvendo barraqueiros, vendedores

⁷ P2 Também conhecido como Serviço Reservado ou Velado, os policiais da P2 têm basicamente duas funções. Uma é levantar em campo informações para que o comando planeje ações policiais, como a prisão de criminosos, apreensão de drogas ou desocupação de uma área. Dessa forma, policiais à paisana sempre vão antes ao local para colher dados. A partir do relatório da P2, o comando planeja quantos policiais participarão da operação, qual o melhor horário para empreendê-la, quais equipamentos serão utilizados, entre outras decisões que farão com que a ocorrência seja executada com o mínimo de imprevistos. Retirado do site < <http://www.gazetadopovo.com.br> >

ambulantes e os policiais, todos pareciam se relacionar de forma amistosa durante o decorrer do dia.

Para o barraqueiro de praia, o dia costuma ser bem longo. Durante o verão, Tuca chega à praia às seis da manhã e só sai às sete da noite. Eu chegava um pouco mais tarde, geralmente por volta das dez horas da manhã, e ia embora depois das seis da tarde, quando o sol começava a se pôr. A parte da manhã era muito tranquila, o público consistia basicamente de famílias e pessoas praticando algum tipo de esporte. Surf, futevôlei, frescobol, corrida, treino na areia, entre outros. O ritmo de venda para Tuca também era diferente, as vendas eram muito menores e se limitavam basicamente a água mineral e de coco. Tudo começava a mudar por volta do meio dia, quando grande parte das pessoas chegava à praia e iam para o trecho do Posto 7. Rapidamente a areia era tomada de barracas e cadeiras, o clima antes tranquilo se tornava cada vez mais caótico e confuso para mim, e Tuca que tinha que administrar o caixa da barraca e estar sempre de olho nos chamados de seus clientes.

A parte da tarde trazia para Tuca clientes diferentes dos da parte da manhã, a maioria deles era composta por pessoas de classe média baixa, somente alguns turistas desavisados se atreviam a quebrar esse ordenamento, e eram esses que, na maioria dos casos, eram alvos dos arrastões. Nesse horário, as vendas de bebidas alcoólicas cresciam vertiginosamente, as cervejas eram o carro chefe da barraca e, a todo o momento, Tuca e seus ajudantes tinham que ir até às barracas onde seus clientes gritavam por mais bebidas. Ao final do dia, quando as barracas tinham que ser recolhidas, eu os ajudava. Todos naquela altura pareciam exaustos, mas prontos para o dia seguinte; para aqueles vendedores, o verão e a praia significam muito trabalho. Apesar de ser domingo, em meio às férias todos os dias soavam como em finais de semana e já na segunda-feira de manhã todos tinham que estar de volta ao trabalho.

Passar alguns dias com esses barraqueiros foi extremamente enriquecedor para mim e minha pesquisa. Sem a ajuda deles, grande parte das minhas dúvidas não seriam respondidas. Ali, naquela pequena faixa de areia, conheci o dia a dia de um trabalhador praiano, entendi e compartilhei com eles algumas de suas dificuldades, fiz grandes amigos e parceiros de campo, conheci suas famílias e suas histórias, fiz laços afetivos e me senti, por alguns momentos, membro daquele grupo e do Posto 7. Mas era hora de me despedir daquelas pessoas, sentia que o que tinha visto e presenciado naquela barraca era o suficiente para o meu trabalho. Era o momento de conhecer a praia por completo e problematizar as suas divisões.

1.3. Uma praia de muitas praias: as divisões na praia de Ipanema

Descendo da ladeira, da escada, do busu. A pé ou de camelo, sempre vai caber mais um. No carnaval, no réveillon, em qualquer data pôr o pé na areia é bom. O corredor, o jogador, gatinha, vagabundo, pro pivete, pro vendedor de mate, pra criança, pro vovô, aqui não tem quem não se ache. Corre lá, diz pro povo que tem sol pra quem quiser olhar. Pra cristão, pra filho de Gandhi, de Maomé e Alah, pra quem despacha pro santo e crê que Deus não há. Preto, branco, rico, pobre vai usar. Sintonizo nessa faixa, que onda que dá. Eu vou desfrutar. Aqui quem procura acha. Em qualquer lugar em frente do mar. Sincretismo tropical, racial, tupi, europeu, afro-sideral. Caldeirão. Caldo cultural. É só olhar pra perceber que o balanço do oceano é o dono da faixa de areia.

Pedro Luís e Alexandre Pereira
(Música de abertura do filme Faixa de Areia)

A música que marca o início deste subcapítulo faz parte da abertura do documentário Faixa de Areia, lançado em 2007 pelas cineastas Daniela Kallmann e Flávia Lins e Silva. O documentário retrata o dia a dia dos frequentadores de grande parte das praias cariocas, desde o Piscinão de Ramos, passando pela praia de Ipanema, até as praias da Barra de Guaratiba, Joatinga e Prainha. O documentário tenta construir um painel do espaço praiano na cidade e expor as diferentes nuances que tornam cada praia e seus frequentadores diferentes uns dos outros. Apesar de pouco elucidativo, apresenta, de forma mais evidente, a separação dos grupos sociais na faixa de areia da praia de Ipanema, ainda que os sentidos dessa separação fiquem por conta da interpretação do espectador. A busca por essa resposta foi um dos fatores que me incentivou a realizar essa pesquisa, entender esse tema me fez ir à praia de Ipanema naquele dia.

Esse era o momento de conhecer melhor a praia e explorar os outros postos que serviam de base aos salva-vidas. Esses postos dividiam a faixa de areia em setores de salvamentos dos bombeiros, tendo o objetivo de cobrir, de forma ampla, todo o perímetro praiano, evitando assim acidentes e afogamentos. Porém, os postos não somente possuíam essa função, serviam também como pontos limítrofes que separavam determinados grupos de pessoas de outras. Essa era uma característica peculiar dos postos salva-vidas de Ipanema, cada um correspondia a certo grupo e comportamento, cabia a cada indivíduo descobrir ou identificar “qual era a sua praia”, ou seja, a qual tribo pertencia, com qual grupo se identificava. Tive que começar, a partir dali, a enxergar a praia de maneira mais ampla e perceber as diversas nuances de cada posto.

Ipanema por muito tempo esteve em meu imaginário como um ambiente democrático, onde as pessoas de diferentes “tribos”, classes sociais e cores se misturavam e interagiam. Mas será que isso era verdade? Há muito comecei a questionar essa tese, sobretudo depois do tempo que passei junto aos barraqueiros do Posto 7. Tirei um sábado para descobrir se essa representação da praia como um lugar plural e democrático era verdadeira. Sai da minha casa, em Niterói, por volta das onze horas da manhã. Dessa vez optei por ir de carro e em 40 minutos estava na praia. Parei meu carro na Rua Francisco Otaviano, que fica entre o Posto 7 e 8, e dali comecei minha caminhada até o Posto 12. Tentei observar tudo com muito cuidado, para não perder nenhum detalhe. Meu objetivo era traçar os principais pontos de cada posto, tanto os de semelhança quanto os de diferença, tudo aquilo que os tornavam singulares em relação à extensão da praia.

Primeiramente é importante entender que Ipanema é dividida em postos que vão do número 7 ao 12. Cada um deles é usado pelo grupo de salva-vidas do Corpo de Bombeiros como base de salvamento na praia, sua divisão em posto contém o material necessário para o salvamento de vítimas de afogamento e entre outras emergências. Cada divisão também oferece banheiro para os banhistas pelo valor de R\$1,70, que ao pagarem tal taxa podem acessar o Posto através de uma roleta.



Figura 3: Mapa enumerando os postos da praia de Ipanema

Ao começar minha caminhada pela praia, pude logo confirmar que a divisão em postos acaba também por separar as “tribos” em seus lugares. O Posto 7 é conhecido como o “Posto dos Farofeiros” e este se estendia até bem próximo ao Posto 8. A partir dali o público gay dominava a faixa de areia, e então outra tribo, e outra, até o final da praia. Cada posto possuía suas próprias

regras e admitia certos tipos de comportamentos. As regras eram flutuantes e não foram firmadas por contrato escrito, mas seguem a ideia de “zona moral” trazida por Robert Ezra Park, da Escola de Chicago, que explica como são formadas as comunidades e grupos de pessoas, a partir de afinidades e da organização da cidade. E. Park afirma que a organização da cidade está diretamente relacionada à sua estrutura física e ordem moral. A organização da cidade facilita ou dificulta a mobilidade da população pelo ambiente urbano e o fator socioeconômico desenha fronteiras por suas necessidades e interesses, ultrapassando limites morais.

Para observar como isso funcionava, iniciei pelo primeiro posto dos seis que compõem a praia de Ipanema, localizado bem próximo a Pedra do Arpoador. O posto 7 era o meu principal objeto de estudo, pois eram dali que ouvira as principais histórias sobre os arrastões e sobre os menores que vinham da periferia da cidade. Tentava entender por que era chamado de “Posto dos Farofeiros” e logo descobri que o nome remonta à prática comum que os moradores das zonas mais afastadas da cidade têm de levar a comida de casa para a praia. Dentre essas, a farofa era a mais comum e foi a que acabou dando nome ao público do posto. No Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2004), o verbete “farofeiro” significa: “1. Que ou aquele que demonstra bazófia, fanfarrice; 2. Que ou aquele que frequenta a praia levando farnel de alimentos que geralmente contém frango assado e farofa”.

A imagem do “farofeiro”, portanto, estaria ligada a ideia de desordem, bagunça e falta de educação. O Posto 7 não me parecia um posto com muitas regras, muito pelo contrário, ali quase tudo era permitido sem haver algum tipo de reprovação dos vizinhos de barraca. Era muito comum ver grandes grupos de famílias reunidos em uma roda, comendo frango assado com arroz e farofa, tocando instrumentos, geralmente de percussão, cantando alto, gritando e jogando areia nas barracas próximas. E todos esses comportamentos não incomodavam os demais. Porém, a observação acurada demonstrava que, sim, existiam certas atitudes que incomodavam os frequentadores do Posto 7 e que fazia com que, dentro daquele grupo, se criassem subdivisões para classificar os tipos de farofeiros.

Todos os tipos de farofeiros possuíam características próprias que faziam com que eles se identificassem com o Posto 7. Seja por sua classe social; seja pela proximidade do posto com os pontos de ônibus que traziam os banhistas oriundos da Zona Norte; seja pela maior tranquilidade do mar, que favorecia a entrada de crianças; ou porque era aceitável falar alto e comer farofa sem se importar com o que o vizinho iria pensar. Tudo contribuía para que ali se concentrasse o grupo

dos “farofeiros”. Mas era necessário subdividi-los, segundo alguns frequentadores, já que nem sempre seria bom para os membros daquele posto ter a imagem atribuída a imagem do farofeiro.

O “farofeiro comum” era, geralmente, morador de comunidade próxima à praia ou comunidades da Zona Norte que saía de casa cedo, pegava o ônibus já preparado para enfrentar o dia todo de praia, que estava sempre acompanhado de sua família e de farta quantidade de comida. Existia ainda o “farofeiro porco”, que trazia a comida de casa e ao final do dia abandonava a sujeira na praia. Esse era um dos que mais incomodava Tuca, que muitas vezes recolhia por conta própria o lixo deixado por eles e o jogava fora em uma lixeira. Segundo ele, o lixo deixado na areia ou na água afastava as pessoas daquele trecho da praia e de sua barraca, prejudicando-o economicamente.

O terceiro tipo era o “farofeiro baderneiro”, usado para classificar os jovens que praticavam os arrastões. A partir do momento em que os jovens se envolviam ativamente em algum arrastão, esses não poderiam mais ser considerados integrantes do Posto 7 e tão pouco serem associados aos “favelados”. Para Edmilson, era muito ruim o favelado estar associado à figura dos criminosos que praticam o arrastão e talvez tenha sido esse o motivo do seu desconforto no momento em que o questionei sobre conhecer algum “baderneiro”. O que pude perceber é que, para os membros da “tribo dos farofeiros”, é óbvia a distinção entre essas figuras tão icônicas da praia. Para eles, o “favelado é o favelado” e eles não têm problema nenhum em serem taxados assim, para eles é questão de orgulho ser visto como membro do morro ou da favela. Era comum ouvir na praia a expressão “eu sou cria do Pavão”, “sou cria do Vidigal” e assim por diante. O grande problema era ser associado aos “farofeiros baderneiros”, agentes ativos dos arrastões, esses não, esses eram rejeitados pelos “crias” da favela. Ao meu ver, essa era uma forma que os “crias” haviam encontrado de não serem confundidos e, conseqüentemente, evitar a repressão e as abordagens policiais. Era evidente para esses jovens que tal sujeição poderia descaracterizar a real normalidade daquele ambiente e grupo social, além de estabelecer o nível de relação entre os jovens e a polícia.

Para que haja sujeição criminal, é preciso que certos tipos de curso de ação, representados não apenas como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais, mas denunciados principalmente como criminais, inclusive pelo agente, se reiterem na expectativa social a propósito desse agente; que esses tipos de curso de ação condensem significações de ruptura com representações de normas sociais de validade abrangente e, principalmente, rompam ou ameacem romper com o núcleo emocional dos agentes sociais, um núcleo forte sobre o qual se concentram as representações sociais da normalidade, do crime e da violência. (MISSE, 2010)



Figura 4: Jovens negros observam o movimento no trecho dos "farofeiros"

Entre a faixa de areia dos Postos 8 e 9, era possível encontrar o local em que a comunidade LGBTQIA+ se reunia. Esse pequeno espaço de areia, que fica em frente à Rua Farme de Amoedo, era marcado pelo grande número de homens e mulheres homossexuais que encontravam ali um local para relaxar, era onde se sentiam mais à vontade. Ali estariam livres de qualquer preconceito, pois compartilhavam um ambiente com pessoas que aceitavam sua sexualidade. As bandeiras com arco-íris, que representam o movimento LGBTQIA+, marcavam esse trecho da praia e decoravam os quiosques que vendiam bebidas. Essas bandeiras eram o símbolo mais claro de sinalização da presença de um grupo, conforme pude notar em toda a praia. O que não significava dizer que os outros postos não o tivessem, mas precisaria de um pouco mais de empenho meu para encontrá-los. Era um marcador de identidade muito claro nesse espaço.



Figura 5: Bandeiras (arco-íris) do movimento LGBTQIA+ entre os postos 8 e 9

O Posto 9 concentra um público jovem e descolado, moradores de Ipanema e de bairros de classe média do Rio de Janeiro. É nesse trecho da praia que, teoricamente, está a alma de Ipanema retratada em filmes, novelas, jornais e revistas como o *point* das pessoas mais bonitas e modernas da praia. É também o trecho que reúne diversas modalidades de esporte como o vôlei, e futevôlei, a peteca e a altinha, além das estações de treino de força, fornecidas pela Prefeitura, sendo as mais utilizadas pelos banhistas. A altinha, que consiste em passar a bola para o parceiro de jogo sem deixar cair no chão e sem utilizar as mãos, é um dos esportes mais comuns da praia de Ipanema e pode ser vista em todos os postos. Apesar da popularidade, recentemente uma lei impediu a prática do esporte na faixa de areia durante determinado horário do dia, só sendo permitida após as cinco horas da tarde. Segundo a Prefeitura, a medida serviria para organizar melhor o jogo e evitar incidentes entre os banhistas e os praticantes do esporte.

O Posto 9 é, sobretudo, considerado pelos seus frequentadores e pelos moradores da cidade como um espaço liberal, onde muitas coisas são permitidas. É muito comum ver pessoas usando maconha sem que sejam abordadas pela polícia e sem que isso incomode profundamente a barraca do lado. Talvez por isso o Posto 9 também tenha ganhado um outro nome, o “posto dos maconheiros”.

Continuei minha caminhada até o Posto 10. Cada posto ficava a uma distância média de 900 metros um do outro, sendo possível notar nesse espaço o quanto as características de quem frequentava a praia iam mudando conforme eu andava, assim como um degradê. O ponto fronteiro entre os postos quase sempre era representado pela mistura do público de dois postos. O posto 10 fica em frente ao *Country Club*⁸, um dos clubes sociais mais exclusivos do Brasil, com pouco mais de 800 membros, que se caracterizava por acolher jovens brancos, em sua maioria da classe média alta do bairro de Ipanema. Apesar de pouco frequentada e da faixa de areia quase sempre ficar vazia, sua monotonia era quebrada pelos amantes dos esportes que também deram fama ao posto. Pude perceber o que ouvi de algumas pessoas; o canal do Jardim de Alah tem ligação à Lagoa Rodrigo de Freitas, portanto muito do esgoto que é despejado lá, desce até a praia de Ipanema, mais especificamente no trecho do Posto 10. Com isso, muitas pessoas utilizam bem

⁸ O Rio de Janeiro Country Club foi fundado em 1916 por um grupo de ingleses e brasileiros, quando Ipanema ainda não tinha a menor infraestrutura, sendo decisivo para a colonização do bairro, que se desenvolveu à sua volta”. “Seus títulos podem ultrapassar os R\$100 mil, (...) são 12 mil metros quadrados de área verde, duas piscinas, seis quadras de tênis, quatro saunas, dois salões e um cinema particular, dedicado principalmente aos bem-nascidos (...)”. Essas informações foram retiradas do site de busca WikiRio.

mais a orla para praticar alguma atividade física, podendo ser visto com facilidade pessoas andando de bicicleta, skate ou praticando algum esporte na areia, do que efetivamente se banhando. Classificando-o como o posto da “geração saúde”.



Figura 6: Base dos Bombeiros, Posto 10



Figura 7: Portão de entrada do Country Club

Já estava quase terminando o dia, eu ainda caminhava com o objetivo de chegar até o Posto 11. O canal do Jardim de Alah era o que marcava a fronteira entre os postos 10 e 11 e também era o limite entre os bairros de Ipanema e Leblon. Já dentro do tradicional bairro do Leblon, que possui um dos metros quadrados mais caros do Rio, fica o posto 11. Esse posto também apresentava características muito semelhantes às daquelas do Posto 10. Seus frequentadores eram oriundos da classe alta da sociedade carioca e ali também podia ser visto um número maior de famílias. O local onde os pais da alta sociedade costumavam levar seus filhos pequenos. Havia toda uma infraestrutura montada para oferecer conforto e segurança aos pais. Aquele posto era um dos poucos locais da praia que contava com fraldário fornecido pela Prefeitura e algumas barracas até ofereciam pequenos parquinhos para os filhos de seus clientes. Os quiosques do calçadão também haviam passado por uma remodelação recente que os modernizaram, também ofereciam banheiros subterrâneos para seus clientes, por isso se diferenciavam dos outros quiosques da praia. Ali estavam localizados os quiosques da Rede Globo de Televisão, que vendiam *souvenirs* relacionados à empresa, e de grandes empresas da indústria da cerveja.

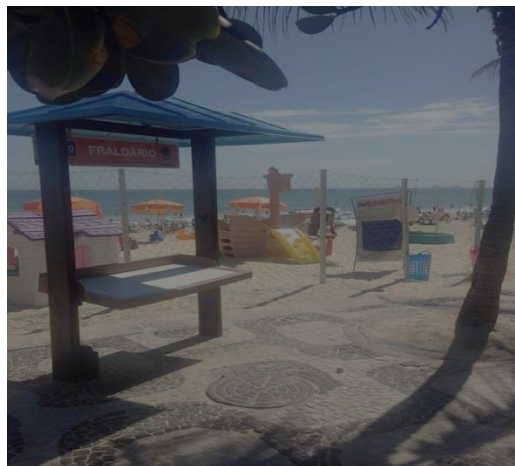


Figura 8: Fraldário e parquinho no Posto 11



Figura 9: Quiosques modernizados e Posto 11 ao fundo

Chegando ao Posto 12, vi que esse também é frequentado por um grande número de famílias do bairro do Leblon e do morro do Vidigal, que fica ao final da praia. Algumas poucas famílias frequentavam esse posto naquele dia. Ele parecia ser bem tranquilo e misturava características do Posto 11, por conta das famílias do Leblon, como do Posto 7, por conta das famílias de baixa renda vindas do Vidigal. Ali parecia haver um convívio melhor entre essas duas classes sociais e poucos policiais para fazer a patrulha.

O texto abaixo, escrito em um blog, retrata toda essa divisão na praia e mostra como cada setor de Ipanema possui seu público, seja ele criado a partir da condição social, idade, cor, opção sexual e até mesmo pelo estilo de vida de cada banhista. Ela reúne todo tipo de pessoa, mas está longe de ser um ambiente de fusão desses grupos.

Rio de Janeiro como sempre singular e com suas praias também singulares. Caminhar em nossas “Praiaslândias” nem tão democráticas é quase uma aventura popular, ou melhor, cultura popular, e deve ser por isso que garantimos mais de 90% de lotação em quase todos os Hotéis neste Réveillon. Começando pelo Leme, encontramos a “Familiarlândia”, área charmosa e só para famílias locais. Seguindo por Copacabana em direção a Ipanema é uma “Misturalândia” que só, desde “Negritudelândia”, passando por “Putalândia” e terminando na “Vovôlândia”. Mas, apesar de “Misturalândia” – Copacabana tem tradição e uma beleza que só a princesinha do mar, seu calçadão e quem sabe Drummond ali sentado pode traduzir em poesia. Continuando a caminhada, o que é o Arpoador? Um território e visual abençoado por Deus e invadido pela “Farofolândia” - famílias de todos os bairros populares e nem tanto, levam seus alimentos mais do que perecíveis para saborear nos arredores do metro quadrado mais caro da cidade. Colorimos nossa caminhada por Ipanema e chegamos na “Gaylândia” - epidemia materializada nos corpos mais definidos do planeta, muito pedigree, estilo, idiomas, raças e mais de 1% do PIB gasto em estética! Saindo da área colorida, encontramos a maresia e entramos na “Maconholândia”; posto 9 lotado até o Coqueirão de “bichos grilos” e estilos mais que “sangue bom” que curtem o momento e mais nada. Agora, nossa caminhada é invadida

atleticamente pela “Futebolândia”, “Futevoleilândia”, “Frescobolândia”, “Voleilândia”, “Corridolândia” até chegar na “Pirralholândia” juvenil que vai até o Country Clube, ou melhor, a “Playboylândia” da Zona Sul, onde um gordinho branco e feliz jamais pode pensar em ir! Atravessamos o canal, ou a “Cocôlândia” e chegamos ao Leblon para Manoel Carlos nenhum botar defeito! Encontramos a “Bohemialândia” dos coroas mais sarados, queimados e atléticos bem sucedidos ou não da Zona Sul e perfumamos nossa caminhada de Giovanna Baby, Gap Kids, Zara Kids, Ralph Lauren Kids na “Babylândia”, terminamos o percurso pelo Leblon nas colunas sociais do irreverente colonista Zózimo Barroso... quer burguesia melhor? Mas, se você ainda não se cansou e aguenta fazer quase uma meia maratona: deixamos a Zona Sul, seguimos pela Niemeyer, ou “Favelolândia” que possui a vista mais privilegiada e nobre da cidade!⁹

Algo importante a se falar, e que deve ser destacado, é que durante todo o caminho dos postos 8 ao 12, passando por todas suas diferentes tribos, vi apenas dois policiais a pé e uma patrulha que fazia a ronda pela área, o contingente maior parecia realmente se concentrar no Posto 7. Pude confirmar minha teoria após entrevista com o Sargento Morais, 15 anos como policial militar e 8 anos fazendo patrulhamento de praia. Conheci o Morais através de uma amiga da faculdade, também policial, e que que havia trabalhado com ele durante seu período de treinamento. Ela me apresentou ao policial após contá-lo sobre minha pesquisa, pela qual se mostrou bastante interessado em participar. Pedi a ela que me passasse seu número para marcarmos uma entrevista, o que ela fez de imediato. Entrei em contato com ele durante uma semana até marcarmos o melhor dia para os dois. O dia escolhido foi uma terça-feira ensolarada, em que a praia estava relativamente cheia por se tratar do período de férias. O ponto de encontro foi uma barraca na altura do Posto 11, onde o policial Morais fazia bico para poder pagar suas contas atrasadas devido à falta de pagamento de salário aos policiais. Passei cerca de 4 horas na barraca com Morais, o que me possibilitou fazer uma entrevista informal sobre o seu trabalho como policial na praia de Ipanema. Morais, entre as idas e vindas das barracas dos clientes, parava e respondia às minhas questões.

Durante um desses momentos, Morais me relatou que os pontos mais críticos e violentos da praia, segundo ele, eram os Postos 7 e parte do 8, e conseqüentemente o maior contingente policial estava presente naquela área. Assim ele respondeu após ser perguntado sobre a área mais violenta da praia:

⁹ O texto intitula-se “A democracia da praia” e foi escrito por Ana Flávia Corujo. Está disponível no site <http://www.pensador.info/frase/MjMyMTI5/> retirado em 07/06/2017

– Aqui, na área do 23º batalhão, é o Arpoador, no Posto 7 e também em parte do Posto 8, na altura ali da Joaquim Nabuco e Rainha Elizabeth. Nesses postos existe como estratégia de combate a intensificação, nesses postos existem mais policiais do que em outros pontos. Por exemplo, você vai chegar no Posto 12, creio eu que você vai ver, e se ver... um ou dois policiais ou um grupamento da guarda municipal. Agora nesses outros postos você vai ver uma quantidade de policial muito mais ativo, muito mais presente. (Entrevista com Sargento Moraes)



Figura 10: Únicos policiais vistos dos postos 8 ao 12

Estariam os frequentadores do Posto 7 sujeitos a um tratamento ou a um processo de vigilância maior do que nos outros postos? Essa era uma das perguntas que eu me fazia ao final daquele dia, enquanto retornava para casa. O Posto 7 sozinho concentrava mais policiais do que todos os outros postos juntos, pelo que pude perceber, bem como o que vi naquele dia. Pretendia agora entender o porquê dessa distinção e o que fazia “farofolândia”, descrita por Ana Flávia Corujo, demandar tamanho investimento policial.

Capítulo 2 – Nós vamos invadir a sua praia

Agora se você vai se incomodar / Então é melhor se mudar / Não adianta nem nos desprezar / Se a gente acostumar a gente vai ficar / A gente tá querendo variar / E a sua praia vem bem a calhar / Não precisa ficar nervoso / Pode ser que você ache gostoso / Ficar em companhia tão saudável / Pode até lhe ser bastante recomendável / A gente pode te cutucar / Não tenha medo, não vai machucar / Mistura sua laia / Ou foge da raia / Sai da tocaia / Pula na baia / Agora nós vamos invadir sua praia. (Ultraje a Rigor – “Nós vamos invadir sua praia” – 1985)

Esta música¹⁰, apesar de ter sido criada com a ideia de provocar os artistas cariocas, ganhou nova conotação ao chegar no Rio de Janeiro e refletir o que acontecia na praia, como explica Huguenin (2011) em sua tese de doutorado que reflete sobre o significado de democracia à beira-mar.

A música, entretanto, ultrapassou a jocosidade artística e foi apropriada pelos ouvintes como um chiste ao que acontecia na orla carioca: as praias da Zona Sul, antes um território socialmente demarcado e talvez restrito aos locais pela pouca oferta de transporte público, começavam a ser ocupadas pelo Outro, os suburbanos vindos das periferias e dos morros da cidade. (HUGUENIN, 2011)

Tanto a música quanto o vídeo clipe traduzem o que vi na praia, mais especificamente no Posto 7. Tuca me explicou que a chegada dos grupos de “farofeiros” e dos suburbanos a praia de Ipanema parecia mexer com o cotidiano do local, que durante a semana era tranquilo, sendo frequentado por moradores do bairro e surfistas, mas aos finais de semana, com a chegada dos suburbanos, se transformava em um “inferno”. Nesses dias até os tipos de vendas mudavam, enquanto no dia de semana os carros chefes da barraca de Tuca eram a água mineral e de coco, nos finais de semana as bebidas mais pedidas eram as cervejas e as caipirinhas. A mudança dos produtos vendidos por Tuca e a sua sensação de transformação do ambiente praiano eram provocadas pela mudança de público do Posto 7. Tuca explicou que os moradores do bairro de Ipanema, geralmente de classe média alta, que eram clientes e frequentadores de sua barraca a muito tempo, preferiam não ir à praia durante os finais de semana por medo da violência e principalmente por medo dos arrastões. Ele chegou a dizer ,em uma outra oportunidade, com tom de ironia, que os “bacanas” não se misturavam com os “favelados”, se referindo aos moradores do bairro de Ipanema e as pessoas vindas das favelas e dos subúrbios cariocas. Isso porque, segundo

¹⁰ A composição, do grupo Ultraje a Rigor, fez bastante sucesso durante a década de 80. A letra traduzia a insatisfação dos grupos paulistas em relação ao monopólio das bandas cariocas no cenário nacional, exigindo maior espaço nas rádios e gravadoras e alertando a chegada do Rock Paulista nas paradas de sucesso, como de fato aconteceu. O videoclipe da música mostrava os integrantes da banda de rock desembarcando na praia de Copacabana com roupas camufladas, como se estivessem prontos para a guerra. Em alguns momentos os músicos apareciam com embalagens repletas de comida típicas de uma farofada: frango, farofa, frutas que eles espalharavam à sua volta. O videoclipe também mostrava os membros da banda fazendo uma grande bagunça, enquanto corriam em direção à água, jogando areia nos banhistas próximos, cantando e tocando instrumentos musicais. Toda a confusão provocada pela “invasão” dos músicos paulistas na praia parecia incomodar os “cariocas”, representados pelos figurantes, que em alguns momentos se demonstravam assustados com a bagunça, enquanto outros banhistas se deixam contagiar e se juntavam a algazarra formada na areia da praia.

Tuca, os “bacanas” não se viam como iguais naquele ambiente e não se sentiam confortáveis para partilhar o espaço com o “outro”, o vindo de fora.

A imagem do “outro” naquele local estava associada à figura do “farofeiro”, que é usada como categoria de acusação a quem excede os padrões de comportamento da Zona Sul e dos “bacanas”, que são vistos, por Tuca, como gente educada, elegante e que sabe se portar no ambiente de praia. O trecho final do documentário “Os pobres vão à praia” retrata bem essa diferença do ambiente praiano nos finais de semana e expõe os preconceitos e a disputa pelo espaço da praia entre as classes que compõem o cenário classificado por ele como um “oásis de tranquilidade”.

As praias da Zona Sul são um oásis de tranquilidade durante a semana, mas aos sábados e domingos, na opinião de muitos, elas ficam cheias de gente insuportável. Até mesmo nas poluídas praias da Ilha do Governador, Zona Norte do Rio, a chegada dos moradores dos subúrbios cariocas não é muito bem vista.

A chegada dos moradores do subúrbio também não era muito bem vista pelos policiais, conforme relatou Tuca. Para ele havia uma diferença no aparato policial e no modo como os policiais agiam quando a praia era ocupada pelos “bacanas”, moradores do local, e quando era ocupada pelos “farofeiros”. De acordo com Tuca, a presença policial era muito maior nos finais de semana, não só porque o público aumentava, mas também porque era necessário controlar os grupos de jovens vindos do subúrbio que, em sua opinião, representavam perigo aos demais banhistas e prejuízo aos barraqueiros.

Foi interessante perceber através do relato de Tuca a visão que ele tinha sobre a polícia e os frequentadores do Posto 7. Apesar de ter permanecido por relativamente pouco tempo na praia, eu já compartilhava com Tuca a sensação de que aquele posto e as pessoas que o compunham estavam sujeitas a um maior processo de vigilância e a uma diferença de tratamento por parte dos policiais.

A fala de Tuca me motivou a buscar na praia os indícios que explicassem esse sentimento de desconfiança e descrença que alguns “farofeiros” que frequentavam o Posto 7 nutriam em relação aos PMs e guardas municipais, por conta dessa suposta diferença de tratamento. A função desse capítulo, portanto, é demonstrar como o aparato de segurança pública se organiza na praia, sobretudo no Posto 7 e entender como o fenômeno do arrastão e dos crimes na praia passam a ser encarados como fruto da chegada dos “farofeiros” e dos suburbanos.

2.1. Policiamento na praia

Chamou minha atenção, durante a pesquisa de campo, o fato de que o aparato policial presente em toda praia era maior na área do Posto 7, famoso por ser frequentado pelos “farofeiros”, pelos moradores de favela, da Baixada Fluminense e pelos jovens que praticariam os arrastões. Naquele canto da orla a presença dos órgãos que englobam a Operação Verão era muito maior do que nos outros cinco postos restantes (8, 9, 10, 11 e 12). Ali permanecia a base central de toda a Operação, o caminhão do Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICCM) para onde é transmitida em tempo real todas as imagens das câmeras das ruas adjacentes ao bairro de Ipanema e Copacabana e do helicóptero do Grupamento Aéreo Marítimo (GAM). Do Centro Integrado também sai todo o ordenamento responsável pela distribuição policial na praia. O Posto 7 foi o único local da praia onde percebi a presença da Secretária de Desenvolvimento Social, talvez os jovens daquele canto da praia fossem os únicos selecionáveis a entrar naquelas vans.

Observar e entender como se organizava a segurança pública naquele trecho da praia foi uma tarefa árdua, mas esclarecedora, pois a partir das ações dos agentes que pude presenciar no local, consegui traçar os paralelos necessários para melhor entender a separação de tribos nos postos e, mais importante, entender como a polícia geria os grupos de jovens nas praias da Zona Sul. Pelo que pude perceber, o ordenamento funcionava de forma conjunta, visando inibir a violência juvenil na praia, e, sobretudo, que esses jovens do subúrbio não pudessem chegar à praia, tudo isso justificado não por uma ideia de prevenção e resolução dos conflitos, mas sim de supressão, como explica Kant de Lima (2003)

À polícia, portanto, não incumbe o explícito *enforcement of the law*. Ao contrário, está a seu cargo a tarefa de identificar conflitos visando não sua prevenção e resolução, mas sua supressão: inicialmente, forçando sua conciliação e, posteriormente, suprimindo-os [...]. A função da polícia se caracteriza, assim, por ser eminentemente interpretativa partindo não só dos fatos mas, principalmente, da decifração do lugar de cada uma das partes em conflito na estrutura social para proceder à correta aplicação das regras de tratamento desigual aos estruturalmente desiguais. Não se trata, portanto, de universal e indiscriminadamente *to enforce the law*, mas de verificar, caso a caso, como a regra geral se particulariza em sua aplicação no caso específico (KANT DE LIMA, 2003).

Diante dessa ideia, todas as formas de violência e de supressão de direitos feitas por esses órgãos de segurança em relação aos meninos parecem aceitáveis. Talvez isso justificasse as agressões que presenciei tanto por parte dos guardas municipais, quanto por parte dos policiais

militares. A pergunta que me fazia, quando via toda a estrutura armada era: como todo o aparato de segurança pública presente na praia de fato afetava o policiamento? Prevenia arrastões? Jorge da Silva realiza uma tentativa de resposta ao tratar em um de seus artigos a violência e o racismo no Rio de Janeiro.

Como se trata de uma questão de racionalidade, recorro a Maquiavel. Como se sabe, atribui-se a ele a elaboração de uma racionalidade indiferente a considerações ético-morais. Na verdade, o que esse pensador parecia querer mostrar é que os fins são mais importantes do que os meios na orientação do processo de tomada de decisões. Há meios potencialmente capazes de atingir os fins – meios ético-morais ou não – e meios incapazes de atingi-los, ainda que imorais e aéticos. Ora, se, mesmo adotando meios imorais e aéticos, sabe-se de antemão que os fins não serão atingidos, para que empregá-los? Exemplo deste fato é a relação belicosa da polícia com as comunidades ditas faveladas, fruto da pretensão irrealizável de suprimir o tráfico de drogas por meio da supressão dos traficantes. (DA SILVA, 2012)

Subentendesse do trecho retirado do artigo de Jorge da Silva, quando fala da relação belicosa entre polícia e as comunidades ditas faveladas, que o estado tende a preferir o enfrentamento com certas camadas da sociedade a racionalidade de enfrentar a questão de forma mais ampla, estudando formas diferentes de resolução de conflitos. Na praia acontecia o mesmo, as ações dos policiais e guardas municipais primavam pelo embate direto com os jovens suburbanos de forma muito mais intensa do que com outros grupos da praia. O discurso que se ouvia dos barraqueiros e banhistas era de que quanto mais violenta fosse a polícia, mais medo os jovens teriam de praticar os arrastões, e, por consequência, a praia estaria mais segura. Os agentes da segurança pública presentes no local possuíam um papel fundamental nesse enfrentamento, eram selecionados como o primeiro caminho e muitas vezes como a única opção possível para as resoluções dos conflitos sociais encontrados na praia. Para Kant de Lima (1999; 2003) a polícia tem um papel primordial nas resoluções de conflitos, mas sobretudo na manutenção de uma ordem pública desigual em uma sociedade de iguais.

Assim como os banhistas e barraqueiros acreditavam que a violência seria o melhor meio de fazer com que os jovens deixassem de praticar crimes, alguns policiais partilhavam dessa ideia e usavam do poder de polícia para agir desta forma. Morais também acreditava nessa ideia e disse que era necessário agir de forma dura em determinadas ocasiões, mostrar pulso firme e se necessário usar da violência física como forma de intimidação e coação.

Também foi possível notar, através da pesquisa de campo, que a polícia tinha um papel muito importante no que se refere às estratégias de combate direto a violência, à repressão de arrastões e dos conflitos sociais provocados pela disputa do espaço. Ali estavam presentes vários agentes de diferentes órgãos do estado. Destaco aqui os que se relacionam diretamente com a Operação Verão que visa, por meio do trabalho policial ostensivo, diminuir as taxas de crimes na praia, em especial o número de arrastões.

Dentre os órgãos cuja presença notei, destaco o trabalho de diferentes grupamentos da polícia, dos guardas municipais e principalmente o das vans da assistência social, que lidavam diretamente com os jovens considerados o foco do problema “arrastão”. O terceiro grupo de agentes tinha um papel pouco definido. Após a pesquisa me pareceu que sua utilidade se limitava ao transporte dos jovens menores de idade, considerados suspeitos ou que tivessem sido flagrados praticando crimes, de modo a que fossem conduzidos até a delegacia. Por diversas vezes vi os jovens serem abordados pelos policiais, mas nunca pelos agentes da secretaria de defesa social que, na maioria das vezes, permaneciam dentro das vans ou sentados nos bancos de concreto na orla, esperando que os agentes levassem os menores até eles.

Os guardas municipais desempenhavam um papel secundário na ação, mas não menos importante. Eles eram responsáveis, na grande maioria das vezes, pelo enfrentamento direto com os jovens do arrastão. Geralmente eram eles que corriam atrás dos meninos na areia, que os capturavam, que encaminhavam até os policiais e algumas vezes promoviam o “esculacho” (PIRES, 2011). Para Tuca, o trabalho deles era fundamental para as vendas, pois afastava os menores infratores do ponto de comércio dele, o que deixava seus clientes tranquilos. Por outro lado, ele acreditava que os guardas municipais eram muito violentos, na maioria das vezes até mais que os policiais, porém acreditava que essa era a única forma de impedir os arrastões. Morais também não poupou elogios à guarda, quando perguntado sobre o trabalho deles. Chegou a dizer que se não fossem eles (guardas municipais), a situação na praia estaria insustentável.

Era comum ver um grupo de guardas municipais com uma farda preta e uma espécie de armadura, Tuca havia me relatado que eles eram um grupo especial muito temido pelos jovens, pois eram mais violentos. Procurei saber a respeito dos guardas municipais de preto que patrulhavam e descobri que eles faziam parte do GOE, Grupamento de Operações Especiais da Guarda Municipal. O GOE, de acordo com o site da prefeitura do Rio de Janeiro, é formado pela Fusão de três unidades da Guarda Municipal: Grupamento Tático Móvel (GTM), Grupamento de

Guardas Motociclistas (GGM), Grupamento de Ações Especiais (GAE). Desempenham a função de atuar em casos de calamidade pública, salvamento e resgate e em qualquer tipo de conflito e apoio à Defesa Civil Municipal. Os agentes desse grupamento se diferenciavam dos demais guardas pois além de usarem roupa preta, estavam equipados com escudo, capacete, taser e spray de pimenta, enquanto os demais agentes da Guarda só possuíam o cassetete como arma. Outro fato interessante era que os agentes do GOE sempre trabalhavam de forma isolada. Eles sempre paravam bem próximo a Pedra do Arpoador enquanto os guardas “comuns” ficavam em frente a saída do Parque Garota de Ipanema e os policiais embaixo de alguns coqueiros no calçadão, logo após a base dos Bombeiros do Posto 7.

Em algumas oportunidades pude observar o trabalho conjunto da Guarda e da Polícia. A Guarda parecia ficar com o trabalho pesado. Era comum vê-los circulando por entre os banhistas na areia, enquanto os policiais permaneciam no calçadão. Em raras ocasiões os policiais desciam até a areia para auxiliar seu trabalho, o que geralmente só acontecia em ocorrências mais graves, como era o caso dos arrastões. Fora essas ocorrências, era muito difícil ver algum tipo de atuação conjunta entre os agentes desses dois órgãos. O patrulhamento não parecia ser feito de forma conjunta e de maneira estratégica, frequentemente era possível observar grandes números de guardas e policiais em um só local, deixando outras partes da praia vulneráveis à ação de criminosos.

Um dos poucos casos de cooperação entre os órgãos também acontecia nas *blitz*, nesse caso a polícia desempenhava o principal papel, parando os carros, motos e também os ônibus com jovens suspeitos. Para a Guarda Municipal sobrava apenas a função de organizar o trânsito que frequentemente ficava congestionado por conta dos bloqueios. A ostensividade, percebida durante o trajeto até a praia, se tornou uma das estratégias adotadas pela polícia que buscava frear a criminalidade na região e começou a ser usada logo quando o arrastão passou a ser conhecido, em 1992. Quando, como explica Francisco (2000) em “Arrastão Midiático e Racismo”, a prefeitura juntamente com os órgãos de segurança pública propôs um conjunto de medidas para inibir a prática dos arrastões na praia e dificultar a chegada dos grupos tidos como criminosos até a praia.

Vejamos esse conjunto de medidas, noticiado, acriticamente, pelos jornais: [...] 1) A Prefeitura e o Prefeito queriam inibir o movimento descontrolado de banhistas de bairros mais afastados para as praias da Zona Sul. 2) Para isso, determinou a vigilância de ônibus e a montagem de barreiras nos túneis, nas estações de trem e nos pontos de ônibus. 3) Determinou que os ônibus circulassem com a lotação legalmente autorizada para

passageiros assentados e em pé (é sabido que, em qualquer centro urbano, os ônibus só circulam superlotados, quando o serviço de transporte coletivo ofertado é menor que a demanda). 4) A Prefeitura instituiu o passe para pobres pretos, mestiços e brancos – ao exigir que os cidadãos da Zona Norte só poderiam passar para a Zona Sul, se tivessem camisa para vestir, dinheiro para pagar o ônibus e documentos para se apresentar. 5) A Prefeitura e as empresas de ônibus aumentaram o valor das passagens para o sábado e para o domingo.²² 6) Criou um território que deveria ser protegido e ter toda segurança (a Zona Sul) que foi isolada. 7) Criou um território que seria fonte de insegurança para a Zona Sul, a Zona Norte que foi sitiada. (FRANCISCO, 2000)

A ostensividade no trajeto até a praia se mostrava muito importante para o trabalho policial, como me confirmou Moraes em entrevista, a qual exponho no capítulo 3 quando falo das *blitzes* e das dificuldades enfrentadas pelos passageiros de ônibus provenientes do subúrbio para chegar até a praia. Era muito comum ver, durante o trajeto até a praia, as barreiras policiais, que paravam os ônibus oriundos do subúrbio repletos de menores e jovens, montadas.

Além do policiamento no trajeto, as ruas internas do bairro de Ipanema também contavam com o reforço policial, principalmente nos finais de semana, conforme me relatou Moraes. Esse policiamento nas ruas internas era feito por duplas de policiais a pé, por viaturas e motos que circulavam no interior do bairro. Para Moraes, o policiamento nas ruas internas tinha como objetivo proteger o comércio, que com frequência eram saqueados por menores, e os prédios residenciais, que tinham suas fachadas muitas vezes destruídas pelos "vândalos", como classificou aos jovens.

Apesar do aparente reforço do efetivo durante os finais de semana na orla e nas ruas internas do bairro de Ipanema, muitos policiais se queixavam que o efetivo era insuficiente para combater os crimes. Alguns policiais trabalhavam durante turnos de 12 horas seguidas para cobrir os companheiros e muitas vezes até dobravam sua carga horária, como relatou Moraes. O trabalho intenso de baixo de sol era exaustivo, ainda mais quando o efetivo era insuficiente, reclamou um policial que se aproximou enquanto fazia a entrevista com Moraes:

– Eles nem dão protetor e água pra gente, a gente tem que se virar, ou pede pros barraqueiros ou tira dinheiro do próprio bolso pra comprar. Hoje (uma terça-feira), por exemplo, foram destacados 10 policiais para patrulhar toda a praia, o que já é um número pequeno. Mas 4 desses 10 não vieram, 2 porque entraram de férias e outros 2 estão de licença médica. Não tem como fazer um trabalho sério com esse efetivo... E tem mais, os nossos salários estão atrasados, muitos policiais tem que fazer “bico” em outros locais e chegam aqui cansados, desmotivados. Eu tenho uma mulher grávida em casa, faculdade pra pagar, é difícil! (Entrevista com Sargento Moraes)

Moraes completou: – Tá vendo a nossa situação? Como vamos fazer um trabalho sério assim? Como eles querem que a gente seja profissional com as pessoas? Muitas vezes não tem como, sinto muito.

Além dos policiais que trabalhavam na Operação Verão, usando o uniforme verde fluorescente, havia os que integravam o serviço reservado, conhecidos como “P2”. Estes desempenhavam a função que, a partir da minha observação, avalei como mais estratégica na praia. Eles monitoravam os grupos que praticavam os arrastões e pareciam já conhecer os menores considerados jovens infratores, pois os abordavam sempre que possível. Os “P2” trabalhavam em conjunto com os policiais da operação e estavam sempre circulando no calçadão e na areia como banhistas para pegar os jovens em flagrante.

Os “P2” permaneciam na praia somente durante os finais de semana, eu ainda não os havia visto nos dias úteis que tinha ido até a praia. Tuca já havia me dito que eles só iam à praia durante os finais de semana de verão, quando a praia ficava cheia e os jovens suburbanos vinham em grande quantidade até o Posto 7. O efetivo, em geral, aumentava de forma exponencial nos fins de semana, quando a praia ficava mais cheia. Nesses dias, durante aquele verão principalmente, quando as notícias de arrastão voltaram a fazer parte da programação jornalística, os policiais de folga eram chamados para trabalhar, segundo me relatou Moraes. Ele também disse que os policiais eram alocados em determinado um posto, de acordo o grau de experiência com os conflitos da praia e também de acordo com a personalidade de cada um, o que me causou certa surpresa. Para os postos mais “problemáticos”, como definido por ele, iam os policiais mais experientes e mais “linha dura”, pois para trabalhar nesses postos era necessário ser mais rígido e prático, e por isso não era qualquer um que aguentava. Os postos 7 e 8 eram considerados os mais “problemáticos” por Moraes, ali, segundo ele, trabalhavam os policiais mais antigos, experientes e “linha dura” do 23º batalhão, que era responsável pela área da praia de Ipanema.

Um exemplo de policial “linha dura” era o policial Rocha. Rocha era conhecido por sua rigidez com os jovens e por expulsar os transgressores do local. O respeito e sua fama na praia corriam entre os demais policiais, jovens transgressores e até entre os barraqueiros, que foram os responsáveis por me apresentar essa figura tão emblemática da praia. Falarei sobre ele no capítulo 3, quando descreverei as ações policiais que acompanhei e as expulsões de jovens da praia que presenciei durante a pesquisa de campo.

As ações violentas e autoritárias eram as mais usadas pelos policiais para controlar os jovens no Posto 7, diferente do que acontecia em outros postos, segundo ouvi de um menino que acabara de ser abordado por dois policiais. O menino resmungava que os policiais só o teriam abordado porque ele estava mal vestido e que eles nunca fariam isso se ele estivesse no Posto 9 ou

10 (considerados de classe média). Jorge da Silva explica, em um trecho de seu artigo “Sem conflito: Entre o sonho e o pesadelo da apartação no Rio de Janeiro”, porque as estratégias violentas de confronto direto utilizadas pelo aparato de segurança pública carioca não têm dado certo.

Os que pensam dessa forma parecem desconsiderar as múltiplas variáveis envolvidas, simplificando a questão a ponto de imaginar “soluções” tão heterodoxas para a violência da cidade. Enquanto esperam que se formem suas sonhadas “ilhas” de tranquilidade, procuram culpados, partindo do princípio de que se a violência campeia a “culpa” é “das autoridades”, seja por não alocarem efetivos policiais e meios logísticos “suficientes”, seja por não empregarem a polícia de forma mais “eficiente”.[...] Bastaria, então, contar com uma boa polícia, numerosa, e com bons policiais, para que a paz voltasse a reinar na cidade, ou pelo menos em algumas de suas áreas. Ninguém o diz claramente, mas nas entrelinhas do discurso do grupo dominante lê-se que, para ser eficiente e eficaz, ela teria que alinhar-se mais e mais à ideologia e aos interesses desse grupo (DA SILVA. 2012)

A partir desse pensamento, a polícia estaria sujeita aos diferentes interesses presentes no espaço, sendo tais interesses determinantes para a definição da ação e organização do efetivo policial. No contexto da praia, os meninos suburbanos do Posto 7 pareciam ter menos poder de barganha e influência política do que os moradores do bairro de Ipanema, que se sentiam invadidos por eles, como me relatou Tuca ao falar de alguns de seus clientes. Para Moraes, a relação entre os policiais e os moradores do bairro era mais tranquila, pois, segundo ele, os moradores tinham uma maior preocupação com o ambiente praiano, não sujavam a praia e quase nunca davam problemas aos policiais. O que percebi através da observação e através da entrevista era que os policiais tratavam de forma mais violenta e arbitrária os jovens do Posto 7.

2.2. Sujeição criminal dentro do ambiente praiano

O bairro de Ipanema sempre manteve um *status* de sofisticação historicamente construído, não somente por aglomerar moradores com alto poder aquisitivo, mas por apresentar um “estilo de vida” nobre, sofisticado e cosmopolita muito peculiar. “Ipanema é vista como uma vizinhança multicultural, repleta de discotecas, casas noturnas, restaurantes elegantes, galeria de artes, butikues da moda, apartamentos de luxo, além de cinema e teatro” (HUGUENIN, 2011). Ainda que, como evidenciado por Huguenin, Ipanema emita um *ethos* desenvolvimentista e acolhedor, ou seja, aberto à diversidade e à espontaneidade de seus moradores e frequentadores, os poucos dias que me fiz um frequentador da praia de Ipanema (estando em campo), me permite afirmar que o estilo de vida “ipanemense” é o âmago da estratificação social.

Em uma conversa com o sargento Moraes, pude ouvi-lo dizer que constantemente acontecem confusões na praia e que, na maioria dos casos, são causadas pelos jovens “baderneiros”. Durante minhas idas à praia não presenciei nenhuma abordagem que não fosse feita aos jovens daquele posto. E mesmo tentando me manter imune de qualquer naturalização simbólica construída naquela localidade, a presença daqueles jovens em Ipanema me pareceu o elemento “chave” para quebrar o ordenamento e a imagem do estilo de vida praiano.

(...) a presença dos “favelados” é representada como uma possibilidade de contaminação e, diante do perigo do contágio, estratégias de desclassificação, de estigmatização, de violência simbólica e de isolamento são operadas para acomodar de maneira funcional a proximidade territorial e a dominação social. (HUGUENIN, 2011. pág. 95)

A praia de Ipanema tornou-se algo distante do subúrbio, mas, acima de tudo, formulou a imagem alienada do banhista padrão. Jorge da Silva cita Joel Rufino dos Santos para classificar melhor a suposta harmonia racial e social presente na praia de Ipanema desde os anos 70.

Quando Chico fala das moças bonitas do seu tempo, que seriam de esquerda e agora de direita, talvez não esteja se dando conta de que elas, no fundo, não mudaram (...). Naquele tempo, era de bom tom ser contra o regime militar, cuja repressão direcionava-se preferencialmente aos seus contestadores das camadas médias e altas. O esquerdismo daquelas moças, portanto, não era movido pela indignação com a gritante desigualdade social da cidade em que viviam, nem com o confinamento de grandes massas de negros, migrantes nordestinos e outros marginalizados sociais em espaços também marginais; nem com a perseguição que esses grupos sofriam por parte da polícia. Na certa, elas eram levadas por aquele tipo de alienação de que fala Joel Rufino dos Santos (...):

“Alienação como o ipanemismo, em moda nos anos 70, exaltação do ‘humor’ de Ipanema, do ‘espírito democrático’ de Ipanema, da ‘harmonia racial’ de Ipanema, atroz ironias, pois o que caracteriza Ipanema é justo o contrário: o apartheid social e racial.” (DA SILVA, 2012)

Os primeiros choques entre os diferentes grupos que disputam o ambiente praiano estão atrelados à criação de um padrão homogêneo de frequentador local, aceitável pela classe média residente na área, e pela apropriação do espaço urbano. Durante o tempo que estive sentado na Barraca do Alemão, pude conversar informalmente com muita gente, observar muitas conversas e, no geral, absorver o máximo de informações possíveis que emanava daquele ambiente. Apesar da proximidade territorial entre o “asfalto” e a “favela”, o “rico” e o “pobre”, os “estabelecidos” e os “outsiders” (ELIAS, 2000), na praia de Ipanema a distância social ainda não foi superada. A praia ainda continua sendo um espaço de apropriação e negociação, “onde o encontro não pode

ser evitado” (HUGUENIN, 2011) entre grupos diferentes, mas pode ser “regulado”. De acordo com o que observei e com o que os barraqueiros me passaram, acontece uma autorregulação no Posto 7 que determina, de modo informal, os espaços e os horários do dia que cada grupo frequenta o Posto. Em consequência, foram estabelecidas formas de segmentação da praia para classificar seus frequentadores “comuns” e seus “invasores”.

A Ipanema da bossa-nova e da elegância das grifes é produzida à revelia dos que escutam funk e limpam o chão das ruas. A identidade do bairro esteve, desde sempre, longe do registro desses personagens e, inclusive, tendo ausentes os moradores das favelas que estão localizadas na sua região limítrofe com Copacabana: os morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. (HUGUENIN, 2011. Pág. 103)

A noção de “invasores” não se estende à categoria dos “farofeiros”, mas sim àqueles jovens capazes de causar uma ruptura na “normalidade” da praia. Apesar dos “farofeiros” também não se enquadrarem na ideia aristocrata dos “ipanemenses”, desenvolvida por Fernanda Huguenin, com o passar do tempo, esse grupo foi sendo incorporado aos frequentadores comuns da praia e assumiram um lugar específico na faixa de areia (Posto 7).

A questão aqui é entender como distinguir o “farofeiro” comum do “baderneiro”, segundo os preceitos policiais utilizados na Operação Verão. Através da minha pesquisa e depois de muito observar como se configuram as abordagens policiais e a quem estas se direcionam, percebi que o critério usado pela polícia para filtrar seus alvos e excluir os invasores, se baseava na separação entre os moradores locais e o público “além-túnel” (IDEM, pág. 114). Como anteriormente citado, Tuca me disse, em uma de nossas conversas, ser fundamental a proteção dos policiais em dias acalorados, sendo necessário retirar alguns jovens da praia para manter a ordem e o conforto dos banhistas, e também de seus clientes. Assim, entendo a polícia como uma ferramenta estatal de controle social, responsável por proteger aquele espaço público, seus bens e seus integrantes, admitindo resistência a qualquer público que possa representar risco à ordem local. Kant de Lima (2007) explica que, para além da competição pelo espaço público, existe um conflito de interesses que, de certa forma, rege o posicionamento que a polícia deve ter diante de uma situação conflituosa.

Se o espaço público é um espaço de apropriação particularizada do Estado, a sua apropriação se faz, por definição, de forma excludente e competitiva: quer dizer, quando me aproprio de tal espaço não estou junto com meus concidadãos, mas separadamente, disputando um espaço próprio em um espaço comum que não garante lugar para todos. Assim, o espaço público, ao invés de ser o espaço da ordem incluyente, onde a

administração bem sucedida de conflitos garante a todos o seu espaço, é o espaço da superposição desordenada de interesses competitivos e excludentes. (KANT DE LIMA. 2007)

A citação em si expõe claramente a existência de uma “superposição desordenada de interesses” que se reproduz no espaço público, não sendo indiferente à praia de Ipanema. O que vi e ouvi durante o campo só reafirmam esse discurso, cada tribo tem seus próprios interesses e age conforme seus preceitos, assim como os barraqueiros, os volantes e a polícia. O que os diferencia é a real capacidade de intervir nas relações sociais alheias para garantir que seus interesses não sejam vetados. Nesse caso, a polícia, para manter seu papel originário como garantidor da ordem pública, utiliza-se de seus agentes para controlar a massa que frequenta a praia. Essa distinção de quem oferece ou não perigo é feita através da sujeição criminal.

Contrariando a ideia de ambiente harmonioso que se tem da praia, notei que certos grupos de jovens negros da periferia reunidos na praia eram alvos muito mais frequentes da atuação ostensiva e violenta da polícia quando comparados a outros grupos, pois esses frequentemente eram sujeitos a revistas pessoais, interrogatórios, detenções e até a agressões policiais. Como me relatou Moraes, muitos policiais agiam com truculência por acreditar que os jovens negros da periferia estavam ligados diretamente as taxas de crimes da praia: “As nossas principais ocorrências estão ligadas aos crimes cometidos por esses caras (jovens negros), não adianta só prender, porque vai dar um tempo e eles vão estar aqui na praia de novo. A gente fica de mãos atadas... a gente prende um dia, no outro tá solto”, disse Moraes.

Compreender a forma como se dá o processo de criação do criminoso, afigurou-se como algo interessante para mim durante minha vida acadêmica. Em especial, me pareceu interessante compreender como se dá esse processo na perspectiva dos jovens negros. Tendia a olhar, de forma crítica, a construção dos estereótipos criminosos que fazem parte da rotina dos cariocas. A vinculação entre os problemas da violência e grupos marginalizados, facilmente incrimináveis, que caracteriza a maneira como o campo da Segurança Pública é organizado na cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com a criação de um suposto inimigo comum, ao qual todos teriam o dever de combater e odiar a qualquer preço, me remetia a esse como sendo o sentimento o qual as pessoas tinham em relação aos jovens “baderneiros” na praia. Como quando Edmilson me disse: “Tá vendo aí ? Esses caras, só serve pra atrapalhar o trabalho duzotro. Tem que bater *mermo*, botar medo neles”, logo após uma abordagem policial que ocorreu próximo a barraca.

A violência é um discurso construído através das representações sociais, a partir do “processo institucional dos *ilegalismos*” (MISSE, 2010), formulado pela *criminalização*, *criminação* e *incriminação*, ou seja, a forma de elevar à categoria de lei a norma que concebe determinada conduta como criminosa, construir certa interpretação de um evento tal como um crime, um desvio à regra e classificar o sujeito criminoso. Na praia, tanto a *criminação* quanto a *incriminação* são praticadas pelos policiais e, em grande parte dos casos, destinadas a um perfil social objetivo: os jovens “baderneiros”. A exemplo, pude acompanhar abordagens que retratam exatamente a forma como os policiais interpretam as ações tomadas por alguns jovens do Posto 7 e os classificam como sujeitos criminosos (expostas no próximo capítulo).

(...) incluir um agente em algum ítem de uma pauta legal reconhecida, como por exemplo o Código Penal, que é o que estamos chamando aqui de « incriminação », não é uma ação simples e direta de encaixamento, mas um complexo processo de interpretação baseado também em poderes de definição da situação. (MISSE, 1999)

A sujeição criminal é um rótulo, produto da demarcação que identifica quem pertence ao mundo do crime, trata-se de uma tipificação acusada por experiências sociais, subjetividades e posição social do sujeito. A classificação é imposta de acordo com a interpretação dos signos corporais que dialogam com a suspeita de sua sujeição, contextualizando idade, gênero, cor da pele, classe social, educação, moralidade, convenções sociais, corte de cabelo, jeito de andar, falar, se vestir, et cetera. O sujeito é exposto a uma subjugação feita pela estrutura de poder (normativa), que tem sua identidade, seu papel e *status* sociais categorizados. O tipo social bandido é um sujeito criminal considerado pela interpretação de instituições correcedoras, da moralidade pública e das leis penais. São agentes criminais que apresentam uma periculosidade por acusar certa autonomia e uma “não sujeição” às regras da sociedade, e nesse caso específico, às regras da praia. A sujeição criminal é também territorial, estigmatiza o espaço social e produz discursos sobre a violência que classifica tal localidade perigosa, violenta.

A sujeição criminal, enquanto permanece no registro do atributo, é uma forma de simplificar e reduzir essa complexidade: ele é « bandido », assim me dizem e assim eu constato e interpreto. Mas pode ser também um « bandido legal », um « bandido cruel », « um bandido malandro », um « bicho louco », um « bandido formado », ou o bandido Cavalcante, uma singularidade, um nome que acompanha o atributo, o identifica em sua diferença e se basta. Ou simplesmente ser um indivíduo que já foi incriminado mas que ninguém pensa que seja um « bandido ». A sujeição criminal, no plano das relações inter-individuais, pode assim ser atenuada ou metamorfoseada segundo uma menor distância

social ao agente e um maior conhecimento de sua vida, de sua trajetória e do sentido mais ou menos ambivalente de sua ação crimínável. Essas formas de atenuação e neutralização, bem como as formas de agravamento e culpabilização singularizam, em cada indivíduo, um processo social que tende, pelo contrário, à generalização e homogeneização. Nesse sentido, a sujeição criminal numa escala micro poderá buscar em tipos sociais tanto os aspectos negativos que precisam ser reforçados, quanto os positivos que precisam ser emulados. (MISSE, 1999, pág 203-204)

Em diálogo com o trabalho de Dalmir Francisco (2000), a mídia é um dos melhores veículos utilizados para reforçar a estigmatização do público suburbano e também teve um papel importante na construção tanto da imagem do ambiente praiano como também da figura do criminoso que pratica crimes na praia. Foi através da mídia que o arrastão ganhou rosto, deu vida e notoriedade a um público que há muito fora esquecido nos subúrbios do Rio pelo poder público, que a partir da “invasão” do espaço da praia e da beira mar volta a ser notado.

A discriminação social e racial é constatável no conjunto de medidas e, nos jornais, aparecem sem nenhuma crítica, sem nenhum reparo. Para se livrar dos arrastões, as autoridades, as Polícias Militar e Civil, os segmentos influentes das classes alta e média da cidade do Rio de Janeiro, através da mídia, e da própria mídia impressa instituíram um apartheid, ainda que possa ser caracterizado como decisão ad hoc, seja, os cidadãos da Zona Norte foram proibidos de ir-e-vir livremente, a não ser que tivessem um passe, na forma de vestimenta, algum recursos financeiro e documentos. Trata-se de apartheid sim, posto que implica em discriminação de um grupo não-branco e localizado geográfica e territorialmente e, também, pela explícita intenção de limitar o direito de ir-e-vir, impedindo-se ou dificultando mediante procedimentos de repressão humilhantes, que indivíduos fossem de um espaço geográfico e territorial (Zona Norte) para outro espaço territorial e geográfico (praias da Zona Sul). (FRANCISCO, 2000)

Todas as análises trabalhadas até aqui podem ser relacionadas com o que vi em relação ao grupo dos "farofeiros", aos quais se concentra tamanha atenção da polícia na praia de Ipanema. Este grupo carrega consigo marcas de uma das dimensões que foram incorporadas, a partir da sujeição criminal, a imagem do “bandido”. Entendo que a construção da imagem do bandido que pratica o arrastão se dá a partir das três dimensões definidas por Michel Misse (2010) como fomentadoras do conceito de sujeição criminal. Sobre os jovens do Posto 7 pairava a expectativa, por parte dos policiais, da prática de crimes, resignificando esses jovens a partir da primeira dimensão. Percebi que, para os fomentadores do discurso incriminatório, os jovens negros do subúrbio teriam uma pré-disposição ao crime e por consequência deveriam estar sempre sendo vigiados ou sob o controle da polícia. Outro fator importante também decorre da antiga premissa de que “na favela só tem bandido”, criada para legitimar algumas ações da polícia em comunidades

do subúrbio e pela afirmação recorrente de “quem se mistura ou é conivente com bandido, bandido também é!”. Assim explica Misse:

O conceito de “sujeição criminal” é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do “bandido” e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o dos demais agentes sociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma “experiência social” específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação crimínável. (MISSE, 2010)

Pode-se deprender com tudo isso que a praia é um espaço que foi sendo construído com o tempo, juntamente com seus banhistas. O arrastão também é fruto de uma construção social, e não se limita a um só ponto de vista, cada pessoa percebe de forma diferente o fenômeno desse crime na praia e as ações que são desencadeadas a partir dele. A imagem do criminoso também partiria da construção individual de cada um, tendo como referência o local que o indivíduo ocuparia na sociedade e seus conceitos de crime. É isso que tentarei explicar no próximo capítulo: de que maneira se conceitua os arrastões; em quais contextos foram criados e de que modo foi usado para definir e organizar o aparato da segurança pública na praia. Para Jorge da Silva (2012), é o medo do desconhecido que move as principais estratégias da Segurança Pública, mas sobretudo é o que dá base à rotulação de certos grupos.

No fundo, é o medo dos “diferentes”, que são a maioria. Estes assustam pelo seu número e pela forma destemida, agressiva e raivosa com que passaram a exigir o reconhecimento da sua cidadania. Do ponto de vista das camadas médias e altas, assusta a “ousadia” com que insistem em ocupar espaços a eles interditados pela tradição, como as elegantes praias da Zona Sul, o que fazem, para piorar, em grupos, incomodando ainda mais. Diluídos, até que não incomodam tanto, mas em grupos atemorizam-nas, pois não há como ignorar a diferença que ostentam no seu fenótipo. Imagina-se sempre que vão fazer um “arrastão”. E eles sabem disso, e disso procuram tirar proveito. Veem as pessoas assustadas e se divertem, correndo de forma errática para lá e para cá, só para ver a sua reação. (DA SILVA, 2012)

2.3. A construção do conceito de “arrastão”

No dia 18, à tarde, nas areias das praias do Leblon, Ipanema, Arpoador e Copacabana, ocorreu um conflito que, ao que tudo indica, parece ter sido uma simbiose de diversos confrontos, relacionados, mas não interdependentes e que, em conjunto, se agravaram e se confundiram. Era o arrastão que, no dia 21 de outubro, O Dia anunciava como briga de galeras. Jovens da Zona Norte que levaram prejuízo (roubos) no arrastão e entravam na onda para recuperar o prejuízo (roubavam também...). (FRANCISCO, 2000)

O dia 18 de outubro de 1992, ao qual o trecho acima se refere, marca o mote inicial de construção do fenômeno conhecido como arrastão, que ficou famoso não só nacionalmente como internacionalmente. Nesse dia, segundo narram os jornais da época, grupos de adolescentes vindos das regiões periféricas da cidade se encontraram na praia de Ipanema e, ao que tudo indica, iniciaram uma série de conflitos simultâneos que evoluíram rapidamente para o vandalismo e, posteriormente, para o roubo. Assim o jornal O Globo narrou o episódio do dia 18 de outubro.

Assaltos, agressões e atos de vandalismo levaram o terror ontem às praias da Zona Sul do Rio, onde grupos de arrastão começaram a agir desde cedo. Iniciado por volta das 10 horas, entre o Arpoador e o Leblon, o corre-corre de pivetes e ladrões adultos se estendeu à tarde à Praia de Copacabana e às ruas próximas da Orla, onde ônibus foram apedrejados; carros danificados; e pedestres assaltados. Trinta e cinco integrantes de arrastões foram detidos, mas a maioria foi liberada porque não apareceu ninguém para apresentar queixa. (FRANCISCO,2000)

Durante toda minha pesquisa de campo, pude presenciar em cinco oportunidades as ocorrências dos chamados arrastões. Em cada uma dessas cinco, os arrastões foram se desenvolvendo de forma distinta e apresentaram consequências também distintas. Alguns acabavam tão rápido quanto começavam, outros duravam mais tempo, culminando em brigas generalizadas entre vítima e assaltante, assaltante e policial. As dimensões desses arrastões que presenciei eram muito menores quando comparados aos arrastões do passado; os arrastões que presenciei não contavam com mais de 5 jovens e nunca se estendiam durante o dia todo, geralmente após o primeiro arrastão a praia se esvaziava, os jovens iam embora e a praia ficava mais tranquila. Diferente do que acontecia nos arrastões de 1992, que eram realizados por um número maior de jovens, duravam todo o dia, e, conseqüentemente, expandiam-se para bairros próximos, como exposto pelo professor Dalmir Francisco, de Comunicação Social.

O Dia que registra que, às 11 horas começou um tumulto na praia de Copacabana, confronto ocorrido entre mais de 40 jovens de duas gangues de arrastão. Não há nenhuma

informação sobre o que seriam gangues de arrastão, mas a narrativa prossegue: Mais tarde (às 12 horas e 30 minutos) um grande arrastão com mais de 100 pivetes atacou na praia de Ipanema, na área do Arpoador fazendo com que muitos banhistas debandassem em direção ao Leblon com toalhas e pertences (era o Leblon um lugar seguro?). A narrativa (pronunciamento) prossegue, impressionista, contando que, na altura do Posto 9 e da Praça General Osório outras gangues agiam sem nenhuma repressão e que o quadro teria piorado depois das 15 horas quando aumentou aos milhares o número de pessoas que vinham da praia para tentar pegar ônibus de volta para o subúrbio. A partir daí a narrativa se transforma em nonsense – pois os acontecimentos aparecem como um Deus nos acuda já que a massa compacta de banhistas corria de um lado para o outro, assustando os frequentadores da praia... Afinal, quem é quem? Quem corria de um lado para o outro? Quem compunha a massa compacta e quem eram os frequentadores da praia? (FRANCISCO,2000)

A confusão da própria narração do acontecimento reflete a dificuldade de compreender o fenômeno dos arrastões. Em contato com o policial Moraes e o barraqueiro Tuca, percebi que ambos compartilhavam a mesma ideia sobre o que se configurava como arrastão. Apesar do tempo em que trabalhavam na praia, tanto o policial quanto o Tuca, pareciam não saber explicar ao certo esse fenômeno. Certa vez, Tuca me disse que o arrastão, na verdade, não existia, era apenas poucos jovens que provocavam correria após furtar uma ou duas barracas; não sendo exatamente como o narrado pelos jornalistas. Moraes classificou o arrastão da seguinte maneira: “Cara, *pra* falar a real mesmo, o arrastão mesmo não existe. Não é o que a maioria pensa. O que existe é que os caras roubam algumas pessoas e correm, e isso gera uma correria. Aí já viu né! A confusão se forma”.

Entender que o fenômeno dos furtos praticado por grupos de menores na praia é fruto de uma construção, que parte do ponto de vista pessoal e do lugar que a pessoa ocupa na sociedade, é fundamental para compreender como se construiu o termo nativo, arrastão. Quando se fala em arrastão na praia, cada pessoa projeta a imagem e constrói o pensamento a partir de suas próprias concepções sobre crime, sobre os jovens e, mais importante, sobre o próprio contexto praiano, que está ligado diretamente ao momento de lazer e relaxamento, e não a ameaça e o caos que representaria os arrastões.

Nota-se a partir disso que o arrastão não é uma categoria criada a partir de conceitos jurídicos e muito menos a partir de conceitos científicos, ela se oferece a nós por meio de uma categoria nativa, e que, em partes, advém do senso comum e do que foi transmitido a nós pela televisão ou pelos jornais. É importante frisar que apesar de o fenômeno não ter sido criado a partir de conceitos jurídicos ele já começa a ser absorvido para classificar modalidades de crimes. Tanto é que a categoria arrastão é usada em diversas ocasiões para adjetivar o *modus operandi* de ações criminosas que tenham como principal ferramenta o trabalho em grupo. Quem nunca ouviu falar

dos “arrastões em condôminos”, “arrastões em estabelecimentos comerciais” e dos “arrastões praticados no trânsito”? Todos são modalidades de furto ou roubo, onde indivíduos se organizam em grupos para praticar delitos, tendo assim como principal objetivo a divisão de tarefas e, sobretudo, a função de intimidar a vítima que se sente em desvantagem.

Durante o processo de pesquisa na praia, e ao acompanhar de perto alguns arrastões, notei que a maioria dos jovens que praticam os furtos na praia não operam somente a partir de estratégias organizadas, mas a partir da oportunidade. Não venho dizer com esse apontamento que “a oportunidade faz o ladrão”, mas, sim, que os jovens que praticam esses crimes escolhem suas vítimas em face da facilidade que encontrariam de furtá-las e de fugir com seus pertences. Francisco Dalmir, ao falar dos arrastões de 1992, destaca que a prática dos furtos pelos jovens foi facilitada pela grande confusão e corre-corre provocada pelos jovens :

[...] o arrastão parece ter sido uma sequência de acontecimentos emaranhados: foi uma briga entre funkeiros de comunidades rivais, que assustou os banhistas e, especialmente, assustou a classe média, gerando um corre-corre que, por sua vez, facilitou a rapinagem de jovens e adultos que vão às praias com o objetivo de rapinar e deu origem a choques entre jovens. O corre-corre provocou novo tumulto – o da busca desesperada de ônibus para retornar para casa, o que facilitou, de novo, a rapinagem (assaltos), criou clima para agressões, para a histeria e possibilitou depredações. (FRANCISCO,2000)

Em campo, observei que as vítimas mais visadas pelos jovens do posto 7 eram geralmente turistas, mulheres e pessoas da terceira idade, mas sobretudo brancas. Moraes havia me dito que essas pessoas eram as mais visadas pelos meninos para prática de furto, pois segundo ele na maioria dos casos não ofereciam resistência. Para entender melhor isso, é importante observar como os farofeiros e principalmente os jovens daquele posto classificavam suas vítimas e observavam quem não era pertencente a aquele ambiente, através de suas roupas e principalmente através de suas atitudes.

O trecho do Posto 7, especialmente, se definia pela cor negra e pelas roupas geralmente curtas e velhas. As mulheres usavam shorts curtos e biquini na parte de cima e os homens chinelos e bermudão. Qualquer pessoa que se diferenciava desse figurino e não possuísse uma pele negra ou morena automaticamente chamava a atenção dos meninos, segundo me informou Tuca. Um fato curioso que fez com que eu, por muitas vezes, escolhesse com cuidado a roupa com que eu ia para a praia fazer pesquisa.

É interessante perceber como a roupa e até o modo que cada um se portava no Posto 7 determinava o modo como as pessoas lhe percebiam e tratavam. Lembro-me de um dia ter ido à praia fazer pesquisa de bermuda, óculos e boné de marca. Nessa ocasião, parei na barraca do Alemão e os barraqueiros, incluindo Tuca, começaram a mexer comigo, me chamando de “playboy”¹¹ e fazendo brincadeiras. Lembro que me senti bastante incomodado na ocasião, mas não deixei transparecer, pois sabia que eram brincadeiras e que elas eram importantes naquele meio para se criar uma relação de confiança. Foi interessante perceber como a partir das minhas roupas e do meu comportamento, eles associaram a mim tipos sociais e conceitos socialmente criados para me identificar, ainda que de maneira superficial. Após as brincadeiras, Tuca veio em minha direção e disse que o meu modo de se vestir chamava muita atenção naquele trecho da praia e que era para eu tentar não ir à praia com roupas de marcas, para não ser entendido como um turista ou um “playboy” e por consequência ser vítima de um dos arrastões. A partir desse dia, comecei a me vestir com roupas mais simples e a me comportar de forma diferente do habitual quando chegava à praia, objetivando transparecer ser um autêntico frequentador do Posto 7. No fim da minha pesquisa, eu já conseguia andar descalço pelo calçadão, comer a mesma comida que eles, uma quentinha feita por um rapaz da comunidade, e comecei a falar alto e usar as mesmas gírias da comunidade do Pavão-Pavãozinho.

Estar diariamente no ambiente do Posto 7 e manter esse convívio próximo de algumas das pessoas que constituem aquela “tribo”¹², possibilitou observar a relação dos jovens em geral e também dos que praticavam o arrastão, e da polícia. Essa relação era, na maioria das vezes, de desconfiança, decorrente do tratamento diferenciado que os policiais davam a esses jovens. Apesar da relação ser de desconfiança, certas categorias nativas de sociabilidade aproximavam os policiais e os jovens infratores. A relação entre os policiais e jovens se baseava no conceito nativo do “papo”, que se assemelha ao “Desenrolo” (GRILLO, POLICARPO e VERÍSSIMO. 2011), uma categoria que atribui aos agentes uma tarefa de negociação sobre determinado crime ou flagrante.

¹¹ Categoria socialmente produzida para identificar pessoas de classe média. O dicionário online de português classifica como: Sujeito que possui muito dinheiro e se vangloria disso, normalmente, refere-se ao indivíduo jovem, ocioso e solteiro, cuja vida social é muito movimentada.

¹² As tribos, também chamadas de subsociedades (ou metropolitanas ou regionais) são constituídas de microgrupos que têm como objetivo principal estabelecer redes de amigos com base em interesses comuns. Essas agregações apresentam uma conformidade de pensamentos, hábitos e maneiras de se vestir.

Depreende-se que o arrastão é construído a partir da perspectiva de diversos agentes e diversos tipos de socializações, inclusive do próprio ambiente praiano. Através dessa pesquisa e de minha observação, pude perceber que se trata de um conceito que fora sendo construído pelo discurso midiático de forma equivocada e muitas vezes imprecisa, como explica Dalmir Francisco em “Arrastão Midiático e Racismo”.

Na Segunda-feira, dia 19 de outubro, o conflito foi mediatizado como terror e pânico, vandalismo e crime. A qualificação ou o pronunciamento sobre o acontecimento parece ter superado, em muito, o compromisso com a objetivação e máxima veracidade acerca do arrastão. O Globo e o Jornal do Brasil tentaram evitar a confusão e afirmaram que os múltiplos acontecimentos formaram o arrastão, episódio descrito de modo impreciso como “ene” roubos e “ene” agressões e no terror que assolara as praias da Zona Sul, em consequência de arruaças promovidas por arruaçeiros da Zona Norte, assustando os banhistas e os moradores da Zona Sul. (FRANCISCO,2000)

A grande repercussão dos acontecimentos provocou um grande alvoroço no cenário político e inclusive teve grande influência na votação que elegeu César Maia (PMDB) como prefeito, afirma Dalmir Francisco. A plataforma política do então candidato previa um combate direto à onda de crimes cometidos pelos jovens da Zona Norte e queria diminuir a sensação de violência sentida pelas pessoas da Zona Sul. A candidata rival, Benedita da Silva (PT), vinha com um discurso apaziguador e contrário ao enfrentamento (Francisco, 2000).

O “imediatismo” proposto por César Maia jogou grande parcela de culpa e responsabilidade na falta de policiamento, que se tornou a ferramenta mais usada para conter esses grupos na praia. Jorge da Silva demonstra como esse discurso “imediatista” de combate a violência é um erro e traz à reboque o racismo e, principalmente, o medo crescente das camadas mais altas de terem suas “ilhas de tranquilidade” violadas pelo público suburbano.

Na verdade, o que faz a discussão adquirir esses tons sombrios é o crescente aumento do medo da violência, ou seja, a crescente ansiedade ante os perigos e ameaças reais ou imaginários à integridade física e à vida. Sustento que, não fosse a violência do crime ter rompido os diques em que vinha de certa forma contida e ter-se, digamos, “socializado”, atingindo áreas da cidade antes tranquilas, com certeza seriam outras as preocupações dos setores criticados por Chico Buarque de Holanda e por Rita de Cássia. O discurso de ambos destoa completamente do discurso da maioria das pessoas das camadas médias e altas do “asfalto”. (DA SILVA,2012)

A crítica apresentada por Chico Buarque de Holanda, a qual se refere Jorge da Silva, está ligada à mudança de posicionamento das camadas mais ricas da sociedade a respeito das classes

mais pobres. A violência que antes era enxergada como produto da pobreza e da desigualdade, agora passava a ser dominada por um ponto de vista reverso, que enxerga na pobreza a causa da violência. Seguindo essa compreensão, bastaria afastar os pobres e favelados, e os manter vigiados pela polícia para que as praias estivessem seguras. Pelo que pude observar, não era isso o que acontecia. A repressão policial amparada pelo discurso racista e socioeconômico, potencializava o conflito e o tornava violento, a ponto de gerar mais brigas e arrastões na praia. Ao final, os repórteres mais críticos, segundo Francisco Dalmir, admitiram que os fenômenos dos arrastões ocorreram de forma muito menor do que noticiaram. Mas continuaram reiterando a necessidade de defender ações energéticas e violentas contra os jovens que praticavam o arrastão.

Repórteres, redatores e chargistas mais críticos – na descrição / narração e interpretação do arrastão foram demonstrando quatro coisas: primeiro. – o arrastão enquanto roubo, furto e toda a sorte de rapinagem foi bem menor do que o alardeado pelos jornais diários do Rio de Janeiro. Segundo – o arrastão foi convertido em arma político-eleitoral pró César Maia e contra Benedita da Silva. Terceiro – a cobertura agendada dos acontecimentos de 18 de outubro criou o seguinte dilema: quem, da Zona Norte ou da Zona Sul, fosse a favor da lei e da ordem deveria ser contra o arrastão e, por conseguinte, contra tudo que representasse impunidade dos participantes dos arrastões. E, finalmente, em quarto e mais importante, quem não defendeu ações enérgicas contra o arrastão não poderia, nem deveria governar a Prefeitura do Rio de Janeiro. (FRANCISCO,2000)

No capítulo que se segue, apresentarei as formas como se organiza o policiamento ostensivo e suas demais extensões, especificamente no Posto 7 de Ipanema, demonstrando que essas práticas reiteram lógicas punitivas de administração de conflitos. Ou seja, como apresentado anteriormente, as práticas de arrastões no Rio de Janeiro são ressignificadas tanto pela polícia quanto pelos próprios banhistas e, até mesmo, pela mídia; criando uma maneira de atuar própria dos seus agentes e penalizando as condutas dos jovens através do crivo policial de maneira seletiva (entende-se por “crivo policial” o filtro socioeconômico utilizado como método de abordagem).

Capítulo 3 – O policiamento na praia e as estratégias de combate ao arrastão

Neste capítulo demonstro como acontecem as principais estratégias de combate ao crime, a partir de casos reais que observei na praia. Alguns casos que demonstrarei neste capítulo retratam o modelo policial adotado, as ações dos principais órgãos envolvidos e de seus agentes, bem como

a seletividade policial na praia. Será possível observar como é a relação dos jovens com esses órgãos e como os conflitos são administrados no ambiente praiano.

3.1. As abordagens na praia

Para entender melhor a estratégia que visa frear a criminalidade e o número de arrastões na praia, procurei examinar e entender o trabalho da polícia e as técnicas utilizadas para a prevenção e ação do que está sendo e já foi cometido no espaço praiano. Iniciei minha observação logo no primeiro dia que estive na praia de Ipanema. Procurei primeiramente acompanhar o trabalho dos policiais e agentes da segurança pública que atuavam em conjunto na praia, de forma distante e não participativa, de modo que não me vissem a observá-los e assim não interferisse no andamento e no dia a dia de trabalho desses agentes. Depois, tentei realizar uma entrevista, como a fiz com o policial “Morais” que trabalhava na praia de Ipanema.

Para fazer minha observação, sentei em um dos bancos no final da praia, sob alguns coqueiros, um pouco depois do Posto 7 e próximo a um policial sozinho, vestido com a roupa da “Operação Verão”. Estranhei o fato dele estar sozinho, pois os policiais costumam estar acompanhados de dois ou mais colegas. Não demorou muito tempo para que avistasse um rapaz de camisa rosa e um homem negro vestindo camisa polo, trazendo um jovem também negro pelo braço. O jovem dizia em tom de voz alto, que não havia feito nada e era seguido pelos amigos (uma menina e um menino aparentando serem menores de idade) que sustentavam sua versão.

Não consegui entender o que acontecia, nem o que o jovem tinha feito. Continuei observando a situação assim como algumas pessoas que paravam para olhar a cena. O policial colocou o jovem sentado em um banco de concreto, próximo ao meu, e fez algumas perguntas para ele. Tentei escutar, mas só foi possível decifrar alguns gestos que ele fazia com a cabeça e o momento que lhe foi pedido o documento. O jovem informou não estar com a identificação, pedindo em seguida para que sua amiga a trouxesse, o que foi atendido prontamente. A jovem foi até a areia e voltou com o papel nas mãos. Entregou ao policial fardado, que logo repassou para o homem de camisa polo. Nesse momento, percebi que os dois homens que trouxeram o jovem da areia se tratavam de policiais disfarçados. Eles pegaram o documento e fizeram algumas ligações como se verificassem possíveis antecedentes criminais ou falsa documentação. A foto abaixo

registra essa abordagem e foi borrada para proteger a identidade dos policiais e do jovem. Daqui em diante as fotos serão borradas para preservar a identidade dos envolvidos.



Figura 11: Jovem negro sendo abordado por policiais do serviço reservado (P2).

Após alguns minutos, um dos policiais que identifiquei ser do serviço reservado¹³ pediu para que o rapaz se levantasse, o segurou pelo braço e o levou para o interior do Parque Garota de Ipanema, localizado no final da praia, próximo de onde estávamos. Acompanhei o jovem e o P2. Enquanto observava de longe, fingindo falar ao celular de modo a não ser notado, pude perceber, mais uma vez, o jovem sendo forçado a sentar em uma mesa de concreto, logo no início do parque, e o policial mexendo as mãos e gesticulando, parecendo dar uma bronca no rapaz. O jovem se manteve de cabeça baixa e com o olhar direcionado ao chão.

Nesse mesmo momento vi, ao meu lado, o mesmo policial negro de camisa polo se aproximar de outro grupo de crianças desacompanhadas. Ele as abordou, bem na entrada do Parque, algumas até tentaram apertar o passo para escapar do policial, mas foram encurraladas na grade por um terceiro, esse fardado, que acompanhava a situação de perto. Foram postas contra a grade, apalpadas entre as pernas, como se escondessem alguma arma, foram interrogadas brevemente e questionadas sobre a existência de seus documentos, bem como dinheiro para passar o dia na praia. Por último, as perguntaram sobre a presença de seus pais e porque estavam desacompanhadas. A conversa continuou por mais alguns minutos e todos os meninos foram

¹³ Entende-se serviço reservado tal como um serviço secreto, em que policiais se colocam “a paisana”, ou seja, sem o fardamento habitual.

liberados sem a presença dos pais, inclusive o outro jovem que ouvira quase dez minutos de sermão.



Figura 12 e Figura 13: Crianças são abordadas pelos PM.

Os policiais disfarçados continuaram sua ronda na areia e no calçadão, sob o comando do policial fardado com o uniforme fluorescente. Esse último permaneceu no mesmo local e eu, ao perceber que ele era quem “dava as ordens”, decidi acompanhar o seu trabalho de longe. Vi alguns policiais da Operação Verão se deslocarem em direção ao mesmo agente que eu observava anteriormente e, ao chegarem perto, o cumprimentaram com uma continência, seguida de um aperto de mão. Por alguns minutos os policiais ficaram ali conversando, sem fazerem outros movimentos e aproveitei para ler um livro. Mais alguns minutos se passaram e nada acontecia. Quando pensei em ir para outro local, notei que mais um grupo se aproximava, agora composto por dez policiais que repetiram o mesmo ritual de cumprimento, continência seguida do aperto de mão.

Os primeiros policiais pareciam esperar o reforço, pois, imediatamente, aquele que me parecia ser o comandante os organizou em fila e, sinalizando com a mão, montou uma estratégia para abordar um grande número de jovens que se aglomeravam naquele canto da praia, entre o Posto 7 e a pedra do Arpoador. Parecia que a ideia era formar uma linha de agentes, de modo a passar de barraca em barraca, procurando por suspeitos até chegar à pedra. De fato, os policiais se

posicionaram em linha, formaram o que me remeteu para a ideia de um “contra arrastão”¹⁴, e foram passando entre as barracas, sem dar chance de fuga aos jovens, que ficavam encurralados entre a pedra e a barreira de policiais. No meio do caminho presenciei algumas abordagens e revistas pessoais, mas não vi ninguém ser detido ou autuado por algum crime. Abaixo, inseri registros fotográficos que fiz no dia e que mostram a quantidade de policiais envolvidos na estratégia de abordagem.



Figura 14: policiais se organizam e preparam o contra arrastão.



Figura 15: policiais descem para a areia e formam uma linha para evitar a fuga de possíveis infratores.

¹⁴ Contra arrastão: estratégia policial adotada com o objetivo de prevenir os arrastões. Nela, policiais ou guardas municipais em grupo, formam uma linha que cobre toda a extensão da areia, do calçadão até a água, e passam de barraca em barraca abordando as pessoas que consideram suspeitas.



Figura 16: policiais passam por entre as barracas e abordam pequenos grupos de jovens.

No dia seguinte, por volta das dez da manhã, fiz uma ligação para o celular de Edmilson, me identifiquei e logo perguntei se a praia estava cheia, e a probabilidade de haver tumultos ou arrastões naquele dia. Ele me respondeu de imediato que sim, a praia estava lotada e disse para eu me dirigir até lá, pois o dia seria bom para a minha pesquisa, uma vez que os jovens da Zona Norte estavam no Posto 7 e em grande número. E foi o que fiz. Rapidamente arrumei minhas coisas e me dirigi até Ipanema. Era um dia de muito calor, como o anterior, e realmente a praia estava mais cheia do que de costume.

Várias pessoas disputavam cada metro da areia e da água no Posto 7. O ambiente, que já era confuso e barulhento, aos meus olhos havia se tornado caótico e turbulento, me remetendo a ideia de uma panela de pressão prestes a explodir. Aos olhos de quem vem de fora e nunca frequentou a praia naquele trecho, o ambiente caótico do Posto 7 assustava e causava desconforto, levei tempo para me adaptar com o barulho dos radinhos tocando funk, das mães gritando com seus filhos, das lutas de jiu-jitsu encenadas pelos jovens no chão, que deixam eles e quem está ao redor sujos de areia, bem como com as bolas de futebol jogada pelos meninos, que vez ou outra acertava um banhista distraído; assim como com os palavrões que ecoavam pela areia, com a sujeira deixada pra trás, com o consumo de drogas de forma escancarada, com as filas para ir ao banheiro ou para comprar uma cerveja, com as brigas constantes e, por fim, com os arrastões. Todas essas nuances faziam parte daquele local e formavam a imagem sobre aquele ser o “posto dos farofeiros”, geralmente associada com a desordem e os crimes. Naquele dia de sol, tudo isso parecia ter se multiplicado.

O grande número de policiais e guardas municipais na areia e no calçadão refletia a tensão que rodeava o Posto 7. Ninguém sabia dizer quando iria começar o tumulto, mas todos pareciam

preparados para ele. Sentei em uma cadeira ao lado da barraca de Edmilson e ali fiquei por algum tempo, observando o movimento e o comportamento das pessoas que frequentavam o posto, assim como o dos policiais e guardas que passavam por entre as barracas, na beira da água e em cima da Pedra do Arpoador.

Não demorou e pude ver uma multidão de curiosos correr em direção a água, pensei que se tratava de um afogamento, o que era comum devido à forte correnteza. A falta de ação dos salvavidas diante da cena me fez imaginar que se tratava de uma briga e, sem saber o que era, resolvi me aproximar para assistir. Ao chegar à beira da água, vi que um jovem havia pulado da pedra direto para o mar, tentando fugir de um guarda municipal que o procurava em meio aos outros banhistas.

Ao ver o jovem dentro da água, o guarda, que segurava um cassetete em sua mão direita, pulou da pedra para a água e nadou em direção ao jovem que tentava escapar. A cena inusitada chamou tanto a minha atenção que voltei para a barraca e peguei meu celular para tirar fotos, enquanto o menino era perseguido a nado por banhistas e pelo guarda, que rapidamente o alcançou. Sem opção de fuga e encurralado, ele parou de nadar e logo foi capturado pelos banhistas, que desferiram alguns socos e tapas no seu rosto e o retiraram da água, enquanto um outro grupo de guardas municipais esperava o jovem ser retirado da água e levado até eles na areia.



Figura 17: Guarda municipal segura cassetete dentro da água.

Ao chegar à areia, o rapaz percebeu o grande tumulto. Muita gente queria ver o que estava acontecendo e se aproximar dele. Algumas pessoas xingaram os guardas municipais, que responderam com fortes golpes de cassetete, gerando uma grande correria em todas as direções.

Nesse momento, outro rapaz passou correndo ao meu lado. Sem saber do que se tratava, escondi meu celular, foi quando o mesmo jovem correu mais dez metros a frente, se abaixou e retornou com um coco na mão, ameaçando jogar contra os guardas. Rapidamente um grupo de policiais desceu do calçadão para ajudar os agentes que estavam em menor número e o reforço policial surtiu efeito. Muitos meninos, inclusive o que estava com o coco na mão, desistiram do enfrentamento, embora alguns ainda estivessem exaltados e xingassem os policiais. De repente, outro rapaz correu em direção à barraca do Alemão, enquanto era perseguido por um grupo de policiais e guardas municipais. Ele caiu de lado, a cerca de cinco metros de onde eu estava sentado, após tropeçar em uma cadeira, e logo foi alcançado pelo soldado que o perseguia, que também caiu no chão e bateu com o rosto na areia. Revoltado, o policial se levantou rapidamente e, com a ajuda de outros dois colegas e três guardas municipais, espancaram o jovem que estava caído; ele sofreu cerca de 20 golpes de cassetete por todo corpo. Após a surra, os policiais e guardas deixaram a cena e o jovem ficou sentado no chão, levantando-se pouco tempo depois para ir embora.

Toda a cena causou um grande alvoroço na praia e deixou os banhistas bastante assustados, uma menina chegou a passar mal com a situação e foi carregada até o calçadão por amigos, alguns outros preferiram deixar a praia e ir embora. Os policiais e guardas que permaneceram na areia, voltaram-se para as barracas e começaram a revistar e interrogar todos os que julgavam suspeitos. As revistas eram minuciosas, as mochilas eram abertas e reviradas pelos policiais, enquanto alguns guardas conversavam com os jovens. A distância não permitia identificar o conteúdo da conversa, mas logo após as revistas os jovens deixavam a praia acompanhados por um ou mais agentes. Em entrevista, o sargento Moraes me relatou os critérios e os principais objetivos dessas abordagens:

A maioria das vezes são grupos de *menor*, o alvo... grupo de menor, muitas das vezes tem maiores também junto com eles. Então, um grupo muito grande, normalmente a gente faz a abordagem, faz a revista e se encontrar alguma coisa suspeita, segue *pra* delegacia. Se já tiver alguém, alguma vítima informando que aquele grupo praticou algum delito também é feita a abordagem e condução *pra* delegacia. Porque mesmo das vezes que não encontra nada, ‘*ahhh* não encontrou nada, mas vamos na delegacia’, de repente tem alguém lá que foi furtado e reconheça. (Entrevista com o Sargento Moraes).



Figura 18: Menina carregada após passar mal com a confusão.



Figura 19: Policiais abordam jovens em barraca após arrastão.

As fotos acima registram as abordagens que observei naquele dia aos grupos de banhistas. Apesar de toda a confusão, alguns policiais pareciam agir de modo amigável com alguns dos jovens e conversavam de forma amistosa durante alguns minutos. Pareciam conhecê-los da região e os tratavam de forma diferente, se comparado ao tratamento destinado aos menores que vinham de outras comunidades da cidade. Eram os “crias” (nascidos e criados) das favelas próximas à

praia de Ipanema, que muitas vezes eram reconhecidos pelos policiais, pois alguns deles trabalhavam na praia ou eram amigos dos que trabalhavam e estavam sempre no Posto 7.

Pude notar, por diversas vezes, os policiais fardados e os P2 rindo com os “locais” do Posto 7, travando conversas descontraídas e fazendo brincadeiras, mas não eram a maioria. Perguntei ao Tuca, da barraca do Alemão, se ele também tinha essa relação mais próxima com algum policial, até mesmo para que pudesse me aproximar e realizar uma entrevista. Ele me respondeu: “Tem uns que são gente boa, que dá pra você conversar. Tem um Paraíba que é maneiro, e um da cabeça branca. O resto eu não falo não, não tenho amizade”. Quando perguntei sobre a relação da polícia com os banhistas e barraqueiros ao Sargento Moraes, ele me respondeu dizendo: “Sempre amigável. Com barraqueiro então... Poxa, eles são nosso maior apoio. Eles ajudam dando suprimento, água o tempo todo ou uma barraca, pois muita das vezes a polícia não tem uma barraca *pra* proteger a gente do sol. É um apoio logístico completo!”. Abaixo o registro que fiz dos policiais da “Operação Verão” conversando com um jovem.



Figura 20: policiais conversam com um jovem.

Uma cena curiosa aconteceu enquanto eu e alguns amigos estávamos sentados na Pedra do Arpoador, logo após o pôr do sol, momento em que as luzes dos postes e dos apartamentos da orla iam acendendo. Um grupo de cinco jovens negros, vestindo bermuda e chinelo, sentou-se a cerca de vinte metros de onde nós estávamos, acenderam um cigarro que, pelo cheiro, pude identificar como sendo de maconha e começaram a usar a droga sem se importar com as pessoas que ainda estavam, mesmo que a luz do sol ainda oferecesse luminosidade e que alguns policiais ainda fizessem o patrulhamento em cima da pedra.

Passados cerca de dez minutos, já com a luminosidade do sol bastante reduzida, um policial que usava uniforme comum de patrulhamento (botina, calça preta, colete, farda e boné da corporação) saiu do meio dos cactos e arbustos que fazem parte da vegetação da pedra e se aproximou do grupo de jovens por trás. Notei a sua presença enquanto ele caminhava em direção aos jovens e comentei com meus amigos, imaginando que fossem tomar uma “dura”¹⁵ do policial. Foi então que, para minha surpresa, o policial cumprimentou um dos jovens que estava com o cigarro na mão e pediu para fumar. O jovem imediatamente passou o baseado¹⁶ para a mão do policial, que deu duas tragadas no cigarro de maconha, respirou fundo por alguns segundos e rapidamente retornou ao seu posto de trabalho sem se despedir dos jovens.

A cena do policial fumando maconha com os jovens me causou estranheza, mas me fez pensar que até mesmo entre os que são alvos da ação dos agentes do estado há diferenciação. Talvez essa seja a grande distinção entre os rapazes favelados, oriundos da região norte da cidade e os “crias”, isto é, os moradores das comunidades próximas. O primeiro tipo de favelado é visto como uma espécie de intruso, responsável pela violência na praia, enquanto o outro é visto apenas como mais um dos indivíduos que forma a tribo dos “farofeiros”, assim como as demais tribos da praia.

Pelo que pude perceber através da pesquisa, uma vez que o indivíduo altera de forma significativa o ambiente da praia, sua normalidade e desrespeita as inúmeras regras de convivência existentes, variando de acordo com o local (posto) que se ocupa, o indivíduo começa a ser visto como um intruso e tende a ser indesejado de forma gradativa no ambiente. A prática ou não do arrastão e da quebra das regras de convivência do posto determina, portanto, o desenrolar da abordagem policial e o tratamento exercido pelo policial, que iam de amistosos e cordiais, como muitas vezes presenciei, passando pela expulsão mediante ameaça de prisão, até a surra ou o “esculacho”. “Entendido como uma forma violenta de relacionamento, em termos físicos e

¹⁵ Busca pessoal, abordagem pessoal, revista, “dura”, “baculejo”, entre outros termos, são referências técnicas e vulgares ao ato de procurar, no corpo ou “a borda” do indivíduo realizador de conduta possivelmente criminosa, elementos que comprovem esse comportamento. Retirado do site:<<https://jus.com.br/artigos/.../abordagem-policial-a-busca-pessoal-e-seus-aspectos-legais>>

¹⁶ Um baseado (português brasileiro) ou charro (português europeu), também conhecido no Brasil como beque [ou fino - ou, ainda, cigarrito del diablo, banza, bagana, cano do diabo, ganja, boldo ou brenfa - é um cigarro de maconha (Cannabis) já preparado (“bolado”), pronto para ser fumado. Pode ser preparado fazendo-se uso de papel de cigarro desenvolvido especificamente para esse fim, mas também pode ser enrolado em papel de pão, papel de seda, folhas orgânicas de algumas plantas ou qualquer outro invólucro comburento, como o próprio papel de cigarros. Definição retirada do site de busca Wikipédia.

morais”, como definido por Lenin Pires (2006). No fundo, os jovens que praticavam os crimes sabiam que o que faziam estava errado e que poderiam ter problemas com os policiais e guardas municipais. O que realmente incomodava os meninos era o fato de os policiais usarem o “esculacho” (PIRES, 2006) como forma de punição e de exemplo. A extrapolação da violência e da humilhação além da “regra do jogo”, como classifica Pires, era o que causava a revolta e a violência como resposta dos jovens contra os policiais.

3.2. A volta para casa

Durante todo o mês de novembro de 2016, as notícias sobre os crimes praticados por jovens nas ruas próximas às praias da Zona Sul eram manchete na televisão e jornais impressos. Era comum ouvir sobre o “quebra-quebra” nos ônibus da linha 474 (Jacaré -Jardim de Alá), que liga a Zona Norte à Zona Sul do município do Rio de Janeiro, principal linha utilizada pelos jovens que praticam os arrastões nas praias e nas ruas adjacentes aos bairros de Ipanema e Copacabana, conforme afirma a polícia, alguns moradores e ambulantes.

Os passageiros do ônibus 474, que faz o caminho entre o Jacaré e o Jardim de Alah, viveram momentos de medo na quarta-feira (2), como mostrou o Bom Dia Rio. No bairro de São Cristóvão, na Zona Norte, a Polícia Militar foi chamada para conter uma confusão com vários jovens e retirou os passageiros do veículo e os revistou. Ainda assim, o ônibus teve os vidros quebrados.

Alguns deles chegaram a viajar sobre o teto do ônibus. Três suspeitos de praticarem roubos em Copacabana foram presos à noite. Segundo PMs, os roubos começaram na saída da praia, num dia em que as orlas das praias das zonas Sul e Oeste ficaram lotadas. A temperatura chegou a 38,6 graus. [...] Já em Botafogo, em frente ao Shopping Rio Sul, onde a PM montou uma blitz para abordar ônibus que seguiam da Zona Sul para a Zona Norte, houve discussão de PMs que retiraram menores de um ônibus e as mães deles [...] o clima ficou tenso, mas ninguém foi detido.
(G1 Rio, 03/11/2016)

As linhas de ônibus que levam os jovens até as praias sempre foram temas de discussão no que concerne à Segurança Pública no Rio de Janeiro. Discursos e estratégias que visam frear e inibir a ida, e diminuir a oferta de ônibus que levam a população da Zona Norte e da Baixada às praias da Zona Sul não são um tema recente. No documentário “Os pobres vão à praia”, já citado

neste trabalho, são retratadas as dificuldades dos moradores do subúrbio carioca em chegar até a praia e nele ressalta um depoimento de uma jovem moradora da Zona Sul.

Eu venho à Barra porque botaram uns ônibus horrorosos, que saem umas pessoas completamente horríveis de dentro dos ônibus e vão lá sujar a praia. E não adianta você ir na praia, entendeu? Não adianta você chegar na praia e dizer: limpa e põe no baldinho. Porque saiu até outro dia uma matéria no jornal. É uma gente sem educação mesmo. Não pode tirar o pessoal do Méier, do Mangue, e levar a praia de Copacabana, cara! Porque eu não posso conviver com uma pessoa que não tem o mínimo de educação. Porque é uma gente mal educada. Ficam falando grosseria pra gente. É uma gente suja, uma gente que você olha pra cara das pessoas, você tem vontade de fugir, entendeu? E eu tenho horror de olhar pra essas pessoas e sacar que são do mesmo país que eu, que são brasileiros. Horror! Não são brasileiros não, cara! Sub-raça! – afirmava em tom de revolta uma moça da Zona Sul.

Um outro rapaz afirma: O pessoal vai, sujam a praia, jogam tudo, tudo nas praias. Fazem a maior galinhagem mesmo. Eu acho que isso aí tá totalmente errado. Tinha que... eu não sou contra o pobre, nem nada, agora eu venho pra praia do Pepê porque eu tô aqui, pô, eu tô junto dos meus. Não é cobrando pedágio que você vai evitar das pessoas virem. Tem que dar maior divertimento pra elas, pra elas não virem à praia. Eu me sinto mal porque elas não são educadas. (DOCUMENTÁRIO “OS POBRES VÃO À PRAIA”, 1989)

De fato, os “pedágios” propriamente ditos, que supostamente cobriam uma entrada para que os moradores da periferia pudessem chegar até à praia nunca foram instalados, como sugerido pelo rapaz do documentário. Esses seriam uma privação direta dos direitos fundamentais, como o de liberdade de locomoção dos moradores dessas áreas, tal como de todos brasileiros, previsto no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal¹⁷. Francisco Dalmir afirma que quando as primeiras ações de “protecionismo” (entende-se aqui como mecanismos de proteção à praia contra determinados perfis sociais) começaram a ser aplicadas em 1992, nasce a ideia de “arrastão”.

O Jornal do Commercio anunciava medidas repressivas oficiais ao direito de ir-e-vir de crianças, jovens e adultos suburbanos, em sua quase maioria pobre e pretos ou não-brancos, feito que é corroborado pelo jornal O Globo que noticia que a Prefeitura não quer descamisado na Zona Sul, com o qual fazia coro o jornal O Dia que anunciava que a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) montará barreiras no Rebouças e no Santa Barbará, nos fins de semana, com objetivo de evitar a superlotação dos ônibus que vão para as praias da Zona Sul. As medidas, aparentemente, eram um modo de separar os que apenas buscam lazer em praias agradáveis, no fim de semana, daqueles que vão às praias com outras intenções. Entretanto, ao que tudo indica, os

¹⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. Retirado da Constituição da República Federativa do Brasil.

objetivos das medidas eram outros. Segundo o jornal O Globo, os cidadãos da Zona Norte que quisessem ir à praia de ônibus (SIC) no Sábado dia 24 ou no Domingo, dia 25 de outubro, só poderiam fazê-lo se estivessem com camisa, dinheiro e documentos: Quem estiver sem documentos, camisas ou dinheiro para as passagens de ida e volta não poderá mais embarcar nos ônibus da Zona Norte e do Centro para a Zona Sul, nos fins de semana e feriados de sol. (FRANCISCO, 2000)

As estratégias funcionam de várias maneiras, seja aumentando o preço da tarifa dos ônibus, que até o término desse trabalho passou de R\$ 3,40 para R\$ 3,80, que trafegam dentro da cidade do Rio, seja através da qualidade e quantidade de transporte público oferecido à população até a chegada à praia; além dos constrangimentos frequentemente aplicados sobre esses meios de transporte, como a realização de blitz, revistas pessoais e longos interrogatórios. Outra importante estratégia é a mudança dos pontos finais dos ônibus vindos da Zona Norte para ruas cada vez mais distantes das praias, aumentando o tempo e a dificuldade de chegada ao destino.

Esses são apenas alguns dos constrangimentos enfrentados até conseguirem colocar os pés na areia. Pude observar e até sofrer com alguns desses constrangimentos durante minhas idas a campo. A exemplo, lembro-me de ter caminhado por vários minutos após descer do ônibus, como relatado no começo deste trabalho. A mudança do ponto final de alguns ônibus também faz parte dessa estratégia que visa dificultar a chegada das pessoas à praia e, assim, desestimulá-las a irem até lá como forma de lazer e diversão. A primeira vista pode parecer uma mudança inocente e apenas estratégica para facilitar o trânsito, porém afeta diretamente a mobilidade de milhares de pessoas que utilizam o transporte público como ferramenta de acesso à Zona Sul da cidade. Antes da mudança, o ponto final do 474 se localizava na Praça General Osório, no coração do bairro de Ipanema, a um quarteirão da praia, fazendo com que os seus usuários elegessem a praia de Ipanema e o trecho entre os postos 7 e 8 como o ponto de encontro. A partir da mudança implementada no ano de 2016, o ponto final do 474 passou a se estabelecer no bairro de Copacabana, mais especificamente na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, a um quarteirão da praia que dá nome ao bairro. Com isso, algumas pessoas até trocaram o antigo Posto 7, conhecido por abrigar os moradores da região norte da cidade, pelo Posto 6 de Copacabana, mais próximo ao ponto final. O que percebi através da minha observação foi que as pessoas que frequentavam os distintos postos de Ipanema, apesar de serem de diferentes regiões da cidade, tinham medo de que a praia fosse democratizada de maneira universal, a tornando “popular” demais. Pois assim temiam que a praia perdesse sua essência como aconteceu com o bairro vizinho de Copacabana, como explica Huguenin (2011) ao falar da chegada do metrô ao bairro.

De modo interpretativo, o que esteve e ainda está fundamentalmente em jogo para os moradores de Ipanema quanto à decisão sobre o itinerário do metrô é a popularização do bairro. Certamente, a Zona Sul da cidade como um todo é uma área de grande prestígio social, mas Ipanema e Leblon figuram como bairros onde os problemas da modernização ainda não se impuseram de modo imperativo, ao contrário da vizinha Copacabana que “[...] é um símbolo poderoso do erro, do equívoco, do que não poderia ter sido feito e permitido” (Velho, 2006). Assim, o temor dos ipanemenses parece ser o medo da “copacabanização”. (HUGUENIN, 2011)

Outra forma de constrangimento são os “pedágios policiais”. Como disse, os “pedágios” propriamente ditos nunca foram implementados, de modo que não é cobrada qualquer tarifa para entrar nos bairros que concentram as praias. Mas, por outro lado, para alguns grupos, como pude observar e como foi noticiado por diversas vezes, é “necessário” se enquadrar em alguns requisitos para poder frequentar a praia, como mostra Francisco Dalmir, que denuncia a prática abusiva de algumas dessas *blitzes*.

Entretanto, ao que tudo indica, os objetivos das medidas eram outros. Segundo o jornal O Globo, os cidadãos da Zona Norte que quisessem ir à praia de ônibus (SIC) no Sábado dia 24 ou no Domingo, dia 25 de outubro, só poderiam fazê-lo se estivessem com camisa, dinheiro e documentos: Quem estiver sem documentos, camisas ou dinheiro para as passagens de ida e volta não poderá mais embarcar nos ônibus da Zona Norte e do Centro para a Zona Sul, nos fins de semana e feriados de sol (sic). A decisão, dizia o jornal, teria sido tomada pela Prefeitura que fizera um plano anti arrastão em conjunto com a polícia e as empresas de ônibus. (FRANCISCO,2000)

Pude conversar com o Sargento Moraes sobre o tema, ele me confirmou a prática das blitz e a revistas aos jovens nos ônibus, mas disse que a polícia a partir do verão de 2016 já não impedia mais os jovens sem documento e dinheiro de frequentar a praia, prática que segundo ele já fora praticada e surtia efeito direto nas taxas e na sensação de segurança na praia. Ele afirma:

– Entra uma quantidade grande de menores no ônibus, esses infratores. Daí eles descem do ônibus, roubam as pessoas que estão no ponto de ônibus e voltam *pra* dentro do ônibus. Essas *blitzes* são feitas justamente *pra* reprimir isso... A prática de perguntar se tá com documento e dinheiro aconteceu há alguns meses, mas logo no final do verão passado que nós tínhamos uma ação conjunta com a secretaria de assistência social, que os menores que chegavam na praia, sem identidade, sem dinheiro eram acolhidos e conduzidos pro conselho tutelar... mas aí teve um desembargador, um juiz não me lembro exatamente que achou errado, aí essa ação acabou. Nessa época em que fizemos isso, o roubo na praia diminuiu, eu acho em quase 60% ou mais. [...] hoje o roubo está aumentando, é muita gente e pouco policial, e os policiais estão desmotivados, trabalhando sem vontade, cheios de problemas financeiros. (Entrevista com Sargento Moraes)

Nas minhas idas à praia, por duas vezes me deparei com o que chamei de pedágio policial. Na primeira vez, estava dentro de um ônibus que ia em direção à praia e logo na saída do túnel que liga Botafogo a Copacabana, uma barreira com cerca de 3 viaturas e 6 policiais pararam 2 ônibus que vinham da baixada e Zona Norte da cidade. O trânsito era lento e por alguns minutos ficou completamente parado no local, o que me proporcionou tempo para observar toda a cena que se desenrolava. Pude notar que todos os veículos tinham uma aparência semelhante. Eram velhos, não possuíam ar-condicionado e estavam com jovens negros em seu interior.

Um dos “alvos” preferenciais dessa blitz era o ônibus da linha 474, que faz a ligação entre a favela do Jacaré e Copacabana, um dos mais utilizados em dias de sol e que, supostamente, transportaria os jovens que praticam furtos, vandalismos e baderna nas ruas e na praia de Ipanema. Nessa abordagem que presenciei, os policiais entraram no ônibus atrás de jovens específicos, desceram minutos após com alguns meninos que aparentavam ser menores de idade e deixaram alguns sentados no chão, aguardando enquanto os demais eram identificados através de documentos.

Observava-os de longe, sem saber o que aguardavam, via que os policiais conversavam com os jovens, mas a distância não me permitiu saber o assunto. Foi então que chegou uma das vans da Secretaria de Desenvolvimento Social, que se deslocou por cima da calçada por um pequeno trecho até chegar aos jovens. Imediatamente, dois homens usando um colete azul desembarcaram e abriram a porta lateral. Os jovens que se encontravam sentados na calçada sob o olhar atento dos policiais foram posicionados de pé e segurados pelo braço pelos agentes da Secretaria e levados até a porta da van com a ajuda dos policiais, onde foram colocados. Houve uma breve conversa entre os agentes e os policiais e a porta da van foi fechada. Aparentemente os jovens teriam depredado o ônibus da linha 474, pois o motorista permaneceu no local conversando com os policiais. Logo o trânsito foi liberado, fluiu lentamente e eu continuei meu caminho. Apesar da presença das vans da Assistência Social, normalmente as blitzes acontecem sem elas, ou seja, somente mediadas pelos próprios policiais, como já noticiado pelo site de notícias G1:

Em uma abordagem acompanhada pelo G1 neste domingo (27), três jovens — dois menores e um maior — foram recolhidos de um ônibus da linha 455 que chegava à praia de Copacabana por volta de 13h40. Quinze minutos depois, eles foram recolocados por PMs em um ônibus que ia para o Centro, mesmo sendo moradores de Bangu e não tendo dinheiro para pagar outra passagem. Durante a abordagem, não havia nenhuma equipe de assistência social em apoio à polícia militar. Minutos antes, o secretário de segurança José Mariano Beltrame afirmou que o correto seria pedir apoio da SMDS.

"Quando esses ônibus são parados e essas pessoas são paradas, se não tem assistência social, imediatamente é deslocada uma assistente social do ponto mais próximo para fazer essa avaliação. Critério final é da assistência social", disse. (G1, 09/2015)

Até o momento não havia entendido qual era o papel das vans e era a primeira vez que havia visto os jovens serem levados por elas. Mais uma vez, fiquei com a sensação de que as vans do Desenvolvimento Social e seus agentes estavam submetidos a uma lógica criminal e não social, considerando o que, por diversas vezes, havia visto: menores desacompanhados em visível situação de vulnerabilidade passando sob os olhos dos agentes sem que estes despertassem algum interesse neles. Com o desenrolar da pesquisa, vim a saber, por intermédio de Edmilson e Tuca, da barraca do Alemão, que os agentes das vans só levavam os jovens menores de idade quando alguma vítima de crime estava disposta a representar contra algum deles por crimes cometidos. Isto é, quando não se tem vítima, segundo o que me disseram, os jovens são liberados pelos policiais, muitas vezes sem chegar ao conhecimento dos agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social que supostamente estariam ali para resguardar o bem-estar e a segurança destes indivíduos. Todos esses aspectos relacionados às vans serão abordados em um sub-capítulo reservado ao tema.

A segunda blitz que pude presenciar ocorreu na Rua Francisco Otaviano, que fica entre os bairros de Ipanema e Copacabana, bem atrás do Posto 7 e da Pedra do Arpoador. Os carros e motos da polícia se posicionaram no meio da rua, exatamente na saída do Parque Garota de Ipanema que é utilizado como atalho pelos jovens que frequentam o Posto 7 para chegar até a praia ou para voltar às comunidades próximas e ao ponto de partida dos ônibus que vão em direção à Zona Norte.

Durante o tempo em que fiquei no local, nenhum carro ou ônibus foi parado pelos policiais. Me pareceu que a blitz naquele dia e local tinham uma função diferente, de fiscalizar e vigiar os jovens que chegavam e saíam, a todo o momento, da praia. Pude ver algumas abordagens ali mesmo da calçada, enquanto eu batia fotos, de forma disfarçada, das viaturas policiais (carros e motos) atravessadas na rua, temendo alguma reação dos policiais e dos jovens que passavam. Em determinada altura um jovem bem próximo a mim chegou a ter seu isopor aberto por policiais, mas foi logo liberado pelos agentes.

Percebi, enquanto fazia as fotos da *blitz*, que uma dupla de policiais me olhava de longe, pareciam incomodados, buscavam entender o motivo das fotos e porque tinha um celular apontado em suas direções. Temendo alguma reação inesperada, resolvi tomar a iniciativa de entrar em contato com eles e explicar a situação. Enquanto andava em sua direção, um dos policiais

atravessou a rua e o outro foi em direção a um carro de polícia e abriu uma das portas. Antes que ele entrasse no carro me identifiquei, expliquei o que fazia ali e perguntei se poderia tirar algumas fotos e fazer algumas perguntas. Ele fechou a porta, me olhou desconfiado de cima a baixo e cruzou os braços, não parecia muito interessado em conversar comigo, me pediu para que pegasse uma autorização com o seu comandante, que estava conversando com mais 5 PMs do outro lado da rua, para continuar tirando as fotos. Fui até o grupo e me identifiquei ao policial responsável por aquela pequena unidade que fazia parte da *blitz*, perguntei se poderia tirar fotos e ele me respondeu que sim, porém me pediu para que não os identificasse, não tirando foto de seus rostos e de seus nomes de identificação. Atendi ao seu pedido, tirei algumas fotos e logo depois retornei para agradecer e novamente tentar iniciar uma conversa. Agradei, aproveitei para explicar mais sobre minha pesquisa, disse-lhe ter achado muito interessante entender como funcionava o trabalho da polícia naquele local e perguntei qual era o objetivo daquela *blitz*. Ele me respondeu dizendo que o principal objetivo era a recuperação de carros roubados, com documentos atrasados e com irregularidades, em nenhum momento falou sobre os arrastões ou sobre os problemas de vandalismo nos ônibus e ruas do bairro. Perguntei qual era o efetivo que eles tinham ali para gerir aquela área e ele me disse que não poderia mais responder minhas perguntas sem autorização, encerrando assim nossa rápida conversa.



Figura 21: Guarda municipal organiza trânsito próximo a Blitz



Figura 22: Blitz e ao fundo menores saem da praia pelo Parque Garota de Ipanema



Figura 23: Blitz na Rua Francisco Otaviano, que é utilizada como caminho dos jovens do subúrbio.

Parece que as estratégias de vigilância continuam as mesmas há quase 25 anos, as *blitzes* continuam fazendo parte do cotidiano na praia e buscam de certa forma negar o direito de acesso a um local que, teoricamente, é público e aberto a todos. Mas quem são os principais atores usados para montar esse cinturão de segurança ao redor das áreas nobres da cidade?

3.3. Os principais atores no processo de vigilância e controle

Nos dias em que acompanhei o trabalho dos órgãos que envolviam o aparato da “Operação Verão”, notei a presença da Polícia Militar em toda a praia. Com apoio dos batalhões de Policiamento em Grandes Eventos (BPGE), de Áreas Turísticas (BPTur), de Choque (BPCHq), do Grupamentos de Policiamento Transportado em Ônibus Urbanos (GPTOU), do Regimento de Polícia Montada (RPMont) e do Grupo Especial Tático de Motopatrulhamento (Getem), além dos Guardas Municipais juntamente com os agentes da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop)

e os membros da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Percorri, durante o campo, toda a extensão da praia de Ipanema a pé. A cada cem metros, era possível encontrar um grupo de 3 a 5 policiais usando o uniforme verde fluorescente, sobretudo na área dos postos 7 e 8. Além disso, a todo tempo, carros e motos da Polícia Militar e da Guarda Municipal circulavam em meio aos banhistas que andavam pela Avenida Vieira Souto, fechada durante os finais de semana e feriados para o livre trânsito de pedestres, e em alguns momentos o helicóptero do Grupamento Aéreo (GAM) fazia sobrevoos baixos sobre a faixa de areia.

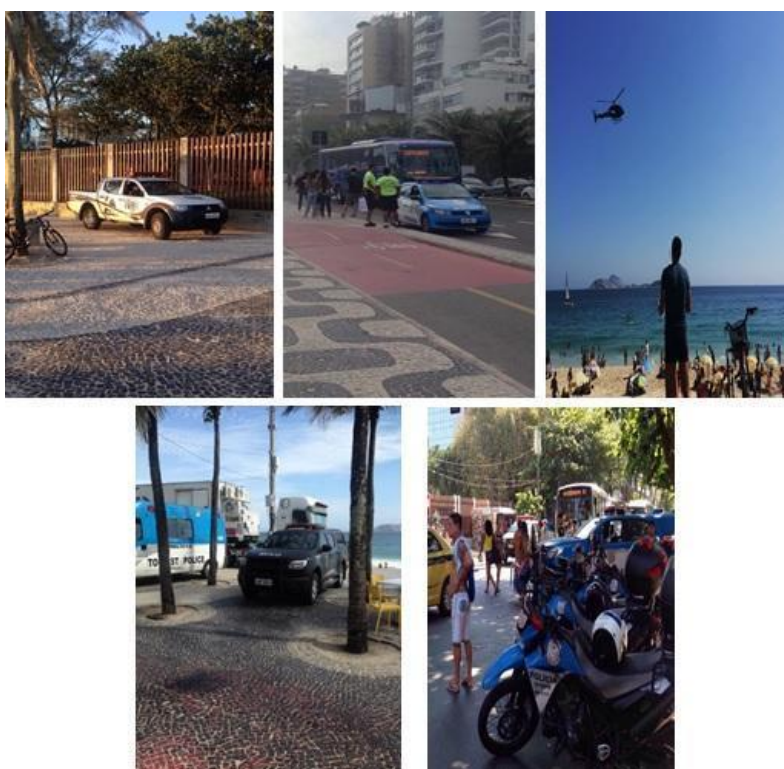


Figura 24, 25, 26, 27, 28 e 29: veículos usados na Operação Verão.

3.3.1. Os P2

Constatei, através da observação de campo, a presença de policiais do serviço de inteligência, mais conhecidos como “P2”. Eles tinham um papel fundamental na atuação dos demais policiais, pois era deles a tarefa de identificar e abordar “suspeitos” e possíveis “criminosos” localizados na areia, no calçadão, na pedra do Arpoador e em meio à multidão. Eles os observavam sem levantar suspeitas e, em último caso, podiam deter e encaminhar-los para os

policiais fardados, como aconteceu com o jovem negro abordado na praia, já explicitado aqui neste estudo. Para o policial Moraes, o trabalho da P2 era importantíssimo, graças aos recursos do SARC, era possível averiguar quais daqueles jovens abordados na praia eram foragidos ou já foram detidos outras vezes por delitos cometidos nos arrastões.

– Fazendo muitas das vezes o SARC¹⁸, porque tem muita gente que *tá* foragida da justiça, aqui mesmo a gente já prendeu só esse ano pra mais de 10 foragidos da justiça, mais de 10! A gente faz contato diretamente com a P2 do batalhão, que é a reservada da polícia militar, eles fazem a verificação pelo nome do cidadão lá e se tiver algum pedido a gente já conduz *pra* delegacia e lá faz os trâmites legais pra ele ficar preso, se ele for *pedido* no caso. (Entrevista com Sargento Moraes)

Grande parte das abordagens eram feitas pelos P2, dificilmente os policiais comuns conseguiam se aproximar dos jovens do Posto 7, somente em grande número, como no caso dos “contra arrastões”. Quando os policiais fardados estavam em pequeno número, os jovens, assim que notavam a presença desses, se afastavam ou apagavam o cigarro de maconha, um dos motivos principais pelo qual aconteciam abordagens policiais.

As abordagens costumavam funcionar da seguinte forma: enquanto um policial fardado com o uniforme da Operação Verão aguardava no calçadão e observava toda a faixa de areia de um patamar mais elevado, ao mesmo tempo que comandava a ação, dois policiais usando roupas comuns se infiltravam em meio à multidão. Esses últimos agiam normalmente, fingiam mexer no celular e, em alguns momentos, puxavam conversa com ambulantes e banhistas de forma descontraída, aguardando o momento considerado como certo para abordar os grupos ou indivíduos que julgavam suspeitos, diminuindo, na maior parte das vezes, a chance de fuga. Abaixo foto do momento em que abordam um rapaz e consultam informações sobre ele.

¹⁸ Banco de dados que contém as informações de pessoas procuradas pela justiça, que tenham registro policial ou que já foram presas ou detidas por algum crime.

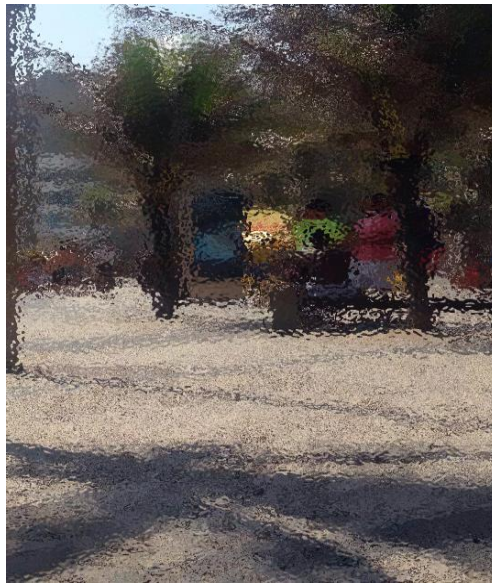


Figura 30: P2 com ajuda de policial fardado aborda jovem.

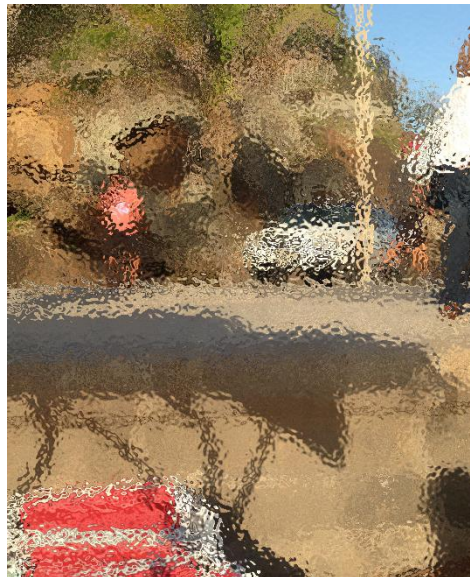


Figura 31: Policial do Serviço Reservado (camiseta rosa) mexendo no celular.

O público alvo desse tipo de ação era bem específico. Notei, em todas as vezes que vi tais de abordagens, que a idade média dos indivíduos girava em torno de 12 a 18 anos, geralmente desacompanhados e seguindo o mesmo padrão de vestimenta (bermuda e chinelos) e cor de pele (negro ou pardo). Logo após a abordagem, os jovens eram conduzidos até um policial fardado que requisitava os documentos, enquanto os revistava e apalpava suas partes íntimas e seus bolsos. Quando nada era encontrado e não havia acusações concretas contra os jovens, mesmo desacompanhados dos pais, eram liberados após longo interrogatório, sem passar pelo crivo dos

agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social, que estariam ali teoricamente para recolher esses menores em situação de vulnerabilidade e, se possível, encaminhá-los aos pais, como afirmou José Mariano Beltrame em entrevista ao jornal Globo¹⁹.

Mesmo o Posto 7 sendo ponto de encontro desses jovens que circulam pela região desacompanhados, onde dizem que os jovens menores de idade cometem mais crimes e onde observei que se concentra a maior parte das abordagens policiais, todas as vezes que estive no local nunca vi os agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social transitarem pela região. As vans da secretaria se posicionavam a cerca de 300 metros do local, em frente ao Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICCM), aguardando as ocorrências chegarem até eles por intermédio da polícia. No calçadão do Arpoador, os únicos veículos permitidos a circular eram viaturas da Guarda Municipal e da PM, de vans que transportavam os agentes e faziam a substituição por novos policiais e guardas, de acordo com o turno. A partir de uma conversa com Tuca, fiquei sabendo que os carros descaracterizados que ficam no calçadão pertenciam aos “P2”. Para ele e para os frequentadores da praia era fácil saber quando os policiais do serviço reservado estavam naquela região. Ele disse: “Tá vendo aqueles carros ali? O carro branco, aqueles pretos também ... Eles são *tudo* dos “P2”, quando a molecada vê eles aí, já sabem que os caras *tão* na área”. Seguem fotos dos carros que meus interlocutores apontaram como sendo dos “P2”. Depois vim a descobrir que alguns dos carros parados ali também pertenciam aos salva-vidas do Posto 7.

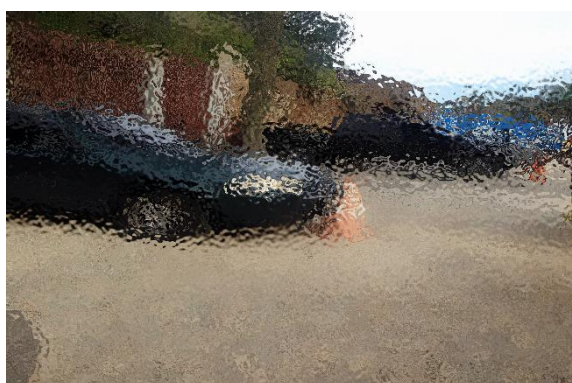


Figura 32: Carros dos policiais do serviço reservado parados sob o calçadão.

¹⁹ A polícia vai voltar com as ações que ela já fazia, que funcionaram muito bem durante todo o verão passado, mas eu vou exigir que outras instituições da prefeitura, do estado, estejam junto da polícia exatamente para perceber a situação de vulnerabilidade que essas pessoas estão. Não que o jovem vai para a praia roubar, não. Independente de raça, a questão é de vulnerabilidade. Como pode um pai largar um jovem em São João de Meriti, a 30 km, somente de calção pra ele passar o dia na praia, vai comer o que, vai beber o que? vai pagar o transporte de que forma?”, disse. (G1, 21/09/2015)

3.3.2. Rocha

Não são apenas os carros dos P2 que afastam os jovens do Posto 7. Outro fator que, de acordo com Tuca, faria com que eles evitassem ir ao trecho do “posto dos farofeiros” dependia do responsável pela área do Arpoador em determinado dia da semana. Um dos policiais mais temidos pelos jovens era Rocha. Segundo relatos, ele seria responsável pela retirada de jovens da praia à força. Tuca se referia a ele como “o mais duro e temido policial da praia”. Segundo me disse, no dia em que Rocha estava lá, “os jovens nem botam o pé na areia”.

Segundo denúncia do jornalista Cazuninja, policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro expulsaram cerca de oito jovens da praia do Arpoador no último domingo (18) por sua aparência física e social. O policial “Rocha”²⁰, do 23º Batalhão de Polícia do Rio de Janeiro e responsável pelo patrulhamento na zona, alegou ao jornalista que os jovens praticam roubos. O autor da denúncia, no entanto, nega essa explicação e afirma que os jovens nada tinham feito antes de serem expulsos. “Venho monitorando este PM (Rocha) há um ano. Fazer isso é uma prática dele. Todo grupo de jovens negros que chegam à praia, eles param e dão uma dura. Se nada for encontrado, são expulsos abaixo de cassetetes com alegação de que estão ali para roubar ou praticar arrastão e tal. O oficial faz pré-julgamento dos jovens”, relata o jornalista Cazuninja. (BRUZA, Rafael. 2016)

Toda vez que ia até a praia, buscava saber se Rocha estava no local, na verdade até quase no final da pesquisa não havia visto o policial mais famoso do Posto 7, porém havia presenciado a prática de ações semelhantes às que lhe deram fama. Era muito comum ter abordagens seguidas de revistas pessoais, breve interrogatório e expulsão da praia. Geralmente os indivíduos que eram expulsos seguiam o mesmo padrão de cor, média de idade (entre 12 a 18 anos) e estavam vestidos de forma bem semelhantes (descalços e de bermuda). Ao ser perguntado sobre a prática da expulsão de jovens da praia, o Sargento Moraes, que foi minha principal porta para compreender o trabalho policial na praia, explicou:

– Expulsar não, a gente não expulsa. A gente pede até pra não ficar, sinceramente... mas não é questão de expulsar, é porque muitas das vezes cara, tem menor aqui que eu já prendi 10 vezes e muitas das vezes 2 vezes na mesma semana eu prendi o moleque. *Porra*, ai tu fala assim: ‘*Caraca* cara, leva a mal não, mas tu não vai ficar no meu setor de serviço não, vai pra outro lugar cara!’.(Entrevista com Sargento Moraes)

²⁰ Rocha é um pseudônimo criado para preservar a identidade do real policial, citado durante esta pesquisa e que, coincidentemente, é exposto nesta matéria de jornal. Mantive esse pseudônimo intencionalmente para dar continuidade e lógica à narração.

Tive a oportunidade de ouvir uma rápida conversa entre um menino, que aqui chamo de Moca, e dois rapazes que estavam próximos a Barraca do Alemão, evidenciando a desconfiança que alguns jovens tinham em relação aos policiais, por conta das abordagens e suas consequências. Tuca já havia me apontado o Moca como um dos jovens praticante de furto na região e disse que o “menor” era violento e covarde, pois só furtava os “alvos fáceis” (mulheres desacompanhadas, idosos e turistas) e não tinha coragem de roubar um dos “farofeiros de verdade”.

Moca era magro e alto, aparentava ter cerca de 16 anos. Na ocasião, ele contou aos rapazes que na semana anterior havia levado uma surra dos guardas e policiais na praia, aos quais se referia como “vermes”. Ele disse: “Tá vendo aqui minha cabeça? Isso é porrada desses “vermes” (risos)! Esses caras (policiais e guardas municipais) são covardes, me pegaram de surpresa. E eu nem tinha feito nada. Por isso que ninguém respeita eles, nem teve como dar um ‘papo’ já partiram pra cima com paulada.”. Além de evidenciar a violência policial sob os grupos que praticavam crimes na praia, a fala de Moca trouxe um conceito interessante: o “papo”.

O “papo” era como o “desenrolo” (GRILLO, POLICARPO e VERÍSSIMO. 2011), só que no contexto da praia. “Dar um papo”, para os jovens do Posto 7, significava a tentativa de dissuadir a prisão ou a violência policial, mesmo sabendo de antemão que sofreriam algum tipo de punição mais leve. As punições iam desde a bronca, passavam pela expulsão da praia, prisão e iam até a humilhação por meio da violência física. O “papo” se aproxima do “desenrolo” na medida em que os dois se utilizam do poder de polícia para intimidar e admoestar o indivíduo flagrado em delito. Porém, enquanto no desenrolo a maioria dos agentes usavam como moeda de troca os favores econômicos, no “papo” a troca se dava a partir de favores mútuos, baseada na ideia de “você vai embora daqui e não me dá trabalho, que eu não te dou uma surra”, como Morais havia me relatado. O “papo” era uma espécie de “vista grossa”, admitida entre os policiais para lidar de forma isolada com cada caso e cada jovem que praticava furto na praia, considerando o contexto e a posição social que cada um ocupava na praia. Assim como exposto por Grillo, Policarpo e Veríssimo:

[...] não se trata apenas de uma das formas assumidas pela famosa "corrupção policial", mas os referidos procedimentos ilegais também estão associados ao que Kant de Lima (1995) denominou por arbitragem policial, marcada pelo exercício de práticas judiciais não oficiais. Os próprios policiais encarregam-se de punir os infratores, aplicando-lhes a pena que julgarem mais adequada, considerando a posição social do infrator e sua conduta durante o "desenrolo", como é comumente chamado o processo de negociação dos flagrantes. (GRILLO, POLICARPO e VERÍSSIMO. 2011)

Julgo importante trazer essa discussão, pois mostra que o poder classificatório do crime estava sob a tutela do policial. Ou seja, através de uma atuação informal, eram os policiais que classificavam se o menor seria ou não encaminhado para a delegacia, se seria expulso da praia ou se levaria o “esculacho” (PIRES, 2006). As categorias incriminatórias também eram usadas pelos policiais de acordo com o contexto em que se desenrolavam os arrastões. Fatos como o uso da violência ou a prática reiterada do crime de arrastão no mesmo local e por um indivíduo, eram fatores que, de certa forma, influenciavam na tomada de decisões dos policiais e eram determinantes no momento da apresentação da ocorrência, como informou Moraes. Portanto, os policiais poderiam decidir dar uma versão que “complicasse” criminalmente a vida de um indivíduo e usavam como mercadoria política os tipos criminais em que os jovens poderiam ou não ser enquadrados.

Foi em uma terça-feira de sol forte, de muito calor e de praia lotada que pude conhecer e observar o trabalho do grupo do Rocha pela primeira vez, assim como presenciar a cena da expulsão de um grupo de cerca de cinquenta jovens da praia. Estava sentado ao lado da barraca do Tuca, conversando com sua ex-mulher, que estava trabalhando na barraca junto da filha, substituindo Tuca e Edmilson, quando ouvi barulho de gritos à minha direita, trinta metros de onde eu estava, seguido de uma grande correria de banhistas que seguravam suas bolsas e pertences próximos ao corpo. Logo notei que se tratava de um arrastão e levantei da minha cadeira para observar a cena de um ângulo melhor. Um grupo de guardas municipais que já estava na areia e que também presenciou o fato, imediatamente correu em direção ao foco da confusão, conseguindo deter dois suspeitos de um suposto furto, enquanto os demais jovens podiam ser vistos correndo em direção ao Posto 8, sem que fossem alcançados.

O episódio chamou a atenção de toda a praia. Algumas famílias imediatamente começaram a guardar suas coisas para ir embora, inclusive alguns turistas que consumiam na barraca do Alemão. Pessoas acompanhavam de longe a ação dos guardas e outras, assim como eu, seguiam os agentes até o calçadão. Um dos jovens foi levado com os braços torcidos para trás e outro estrangulado com um “mata-leão”. No caminho até o calçadão era possível ouvir gritos de apoio e de descontentamento com a ação violenta dos guardas, que desferiam golpes de cassetete nas costelas dos jovens imobilizados e empurravam quem estava no caminho. Insiro aqui fotos da abordagem que presenciei naquele dia.



Figuras 33, 34 e 35: Jovens suspeitos de arrastão sendo conduzidos pela Guarda Municipal.

Quando conseguiram chegar ao calçadão, vide o aglomerado de pessoas em torno, os jovens foram postos sentados no chão pelos guardas, próximo a uma viatura da GM, que minutos depois foram amparados por alguns PMs que imediatamente passaram a delimitar um perímetro ao redor dos jovens, impedindo a aproximação de terceiros. Continuei observando a cena do lado de fora do perímetro estabelecido enquanto tirava algumas fotos do que acontecia. Enquanto os PMs protegiam a área, os dois homens vítimas do furto entraram sorrateiramente por trás da barreira formada pelos policiais e desferiram socos e tapas nos meninos que estavam sentados. Estes dois homens questionaram os jovens sobre o celular e o cordão que supostamente haviam sido roubados. Os jovens prontamente responderam que não tinham furtado os pertences e que só correram pois ficaram assustados. Mais uma vez, a vítima desferiu um soco no peito de um dos jovens e imediatamente foi contido por um dos guardas que o afastou do suspeito. O mesmo guarda retornou e abaixou-se até chegar à altura de um dos jovens sentados, deu-lhe um tapa forte na perna e o indagou novamente sobre os objetos furtados. O rapaz repetiu que não havia furtado e que só havia corrido pois teria sido arremessado um coco em direção a ele.

Os gritos dos guardas e dos PMs com os jovens acusados pelo furto podiam ser ouvidos por todos que passavam pelo calçadão, o que fez com que uma grande massa de pessoas se formasse ao redor da cena da prisão. O clima parecia tenso, dezenas de jovens cercavam os PMs tentando acompanhar a cena, foi quando uma jovem, que se dizia irmã de um dos acusados, saiu da areia, ainda usando biquíni, passou pelo meio da multidão e começou a questionar a abordagem e a violência dos policiais contra os jovens. Ela se aproximou e logo foi empurrada por um dos

policiais. Visivelmente revoltada, a jovem começou a xingar o policial, cuja resposta foi encostar seu peito contra o dela e gritar bem próximos ao seu rosto: “Sai daqui sua piranha! Eu estou fazendo alguma coisa com você? Não! Então ‘mete o pé’! Quer ser presa?”



Figura 36: Policial discute com irmã de um dos suspeitos de furto.

A menina recuou alguns metros, mas continuou xingando os policiais e acompanhando a abordagem de perto. Um PM mais calmo se aproximou, pediu a ela que se acalmasse e perguntou o que havia acontecido, essa então disse que haviam pegado o irmão dela por engano e que ele não havia feito nada. Alguns dos jovens presentes na cena estavam apoiando os acusados do furto e diziam que eles não haviam feito nada, confirmando a versão da irmã do acusado. Ainda assim, alguns comemoravam a prisão e defendiam a ação dos policiais, dizendo que era necessário para eles aprenderem uma lição com aquilo e não cometerem mais crimes na região. Um vendedor ambulante foi mais longe e disse: “Tem que prender esses caras mesmo, *pra* aprender! Prender não, tem que pegar e meter o cacete até matar! *Pra* servir de exemplo! Eles só atrapalham quem quer trabalhar... Agora sim, finalmente vamos vender em paz”.

Alguns minutos depois do início desta abordagem, o número de policiais na cena já havia sido superado pelo de curiosos, a grande maioria deles parecia conhecer os acusados e iniciou-se uma série de xingamentos contra os policiais, junto a exigências em prol da liberdade dos meninos. Parecendo temer algum tipo de represália, um policial com o uniforme da Operação Verão sacou seu *spray* de pimenta que estava na cintura e pediu para que os jovens fossem embora. Logo depois, borrifou o *spray* em direção à multidão, iniciando uma correria descontrolada em direção à areia. Os jovens curiosos que acompanhavam a cena se dispersaram, abrindo espaço para que rapidamente os acusados fossem retirados do local por uma viatura da Guarda Municipal.

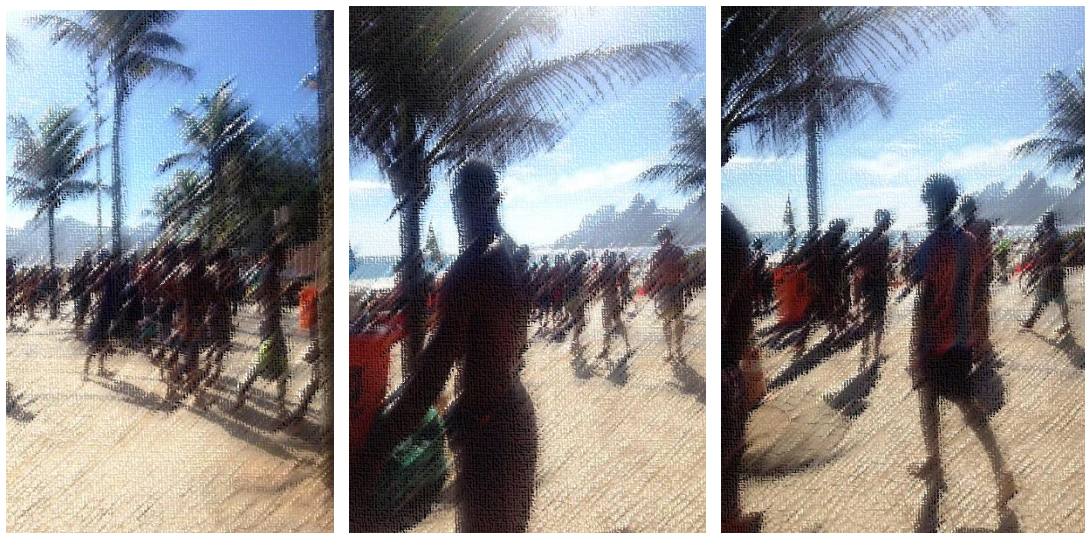


Figura 37 ,38 e 39: Policial com spray de pimenta dispersa grupo de jovens.

O clima de tensão permanecia, alguns jovens xingavam os policiais e ameaçavam jogar alguns cocos que haviam sido deixados próximos ao calçadão. Era notável a revolta e a desconfiança que os meninos nutriam pelos policiais. Sem medo, eles desafiavam os policiais que, rapidamente, se agruparam e os confrontaram, fazendo com que os jovens recuassem e pulassem para a areia. Jorge da Silva (2012) explica em um artigo este fenômeno que faz com que os jovens favelados nutram tamanho ódio pelos agentes de segurança.

Na percepção dos moradores das favelas, quando se trata dos pobres, os policiais costumam agir com desmedida violência, sobretudo quando os signos da pobreza lhes pareçam evidentes (local de moradia, cor da pele, trajes, “aparência”). Em geral, as pessoas das “comunidades” nutrem pelos policiais, vistos como representantes do grupo dominante, um misto de desprezo, ódio e medo. São considerados inimigos, como num rap de MV Bill: “*Pra ser inimigo, basta ser PM*”. (DA SILVA,2012)

Após o ocorrido, houve uma retirada em massa dos jovens que estavam na praia. Um grupo composto por cerca de cinquenta meninos e meninas começou a guardar suas coisas e subiu o calçadão sob o olhar atento de um grupo de cinco policiais, incluindo o Rocha e alguns guardas municipais. O grupo cruzou o calçadão e entrou no Parque Garota de Ipanema, que leva até o ponto final de diversos ônibus que transportam passageiros até a Zona Norte e baixada, inclusive o ônibus 474. Durante todo trajeto até o final do parque, o grupo foi acompanhado por dois PMs, dentre eles o que havia borrifado o *spray* de pimenta contra a multidão. Ainda o tendo em suas mãos, guardo-o ao final do parque, quando todos os jovens já haviam passado pelo portão de saída.

Abaixo seguem fotos do dia que acompanhei esse completar.



Figura 40: Jovens arrumam suas coisas para ir embora.



Figura 41: Jovens sobem o calçadão em direção ao Parque Garota de Ipanema.



Figura 42: Grupo de jovens deixam a praia após o arrastão.



Figura 43: policiais (verde Fluorescente) no canto direito, conduzem os jovens até a saída da praia.

Apesar de desacompanhados dos responsáveis, os menores nessa ocasião não foram encaminhados às vans do serviço social. Buscava entender de que forma a polícia se relacionava com esses agentes sociais, só foi possível através da minha observação, já que eles se recusaram a tratar do assunto.

3.3.3. As vans

As vans e os agentes do Desenvolvimento Social sempre me causavam certa curiosidade. O papel deles ainda não havia sido bem definido para mim. Minha intenção era entender quais critérios eram levados em consideração para a apreensão dos menores na praia. No segundo dia de pesquisa na praia, logo após acompanhar uma abordagem policial de menores em que os adolescentes foram liberados, fui atrás dos policiais que iam em direção ao Posto 8 e, ao chegar à altura do Centro Integrado de Comando e Controle Móvel ou CICC Móvel, me deparei com pessoas vestindo macacão azul, localizados próximos a algumas vans paradas na rua.

Neste primeiro momento não pude identificar o seu trabalho e nem a que órgão público pertenciam. Aproximei-me e percebi que nas vans estavam colados adesivos com os dizeres: Secretaria de Defesa Social. Sabia que as vans eram as mesmas que levavam os jovens da praia para delegacia ou para os pais, como já havia visto na televisão quando, no verão anterior, aconteceu uma grande onda de “arrastões” na praia. Próximo de uma das vans que estava com a porta aberta, mesmo sabendo do que se tratava, perguntei qual era a função deles ali para confirmar

minha indagação. A pergunta pareceu ter assustado um dos dois homens que estava no carro. O primeiro deles não soube responder e passou a pergunta ao outro, que disse: “Estamos aqui para pegar as crianças e os jovens que estão aqui na praia desacompanhados e levá-los até os pais”.



Figura 44 e 45: Vans e agentes sociais aguardam os jovens serem trazidos pelos policiais.



Figura 46: Vans paradas em frente a base da operação CICCM.

Quem seleciona quais jovens serão levados pela van? No tempo que fiquei ali, observando o trabalho dos funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Social, vi dezenas de meninos e meninas desacompanhados passarem sem sequer chamar atenção ou serem notados pelos funcionários que, teoricamente, estavam ali para proteger essas crianças e levá-las até seus pais. Pude perceber que quem selecionava os menores que deveriam ser levados pela Secretaria eram os policiais. Eles faziam a abordagem, detectavam quem eram os menores que “ofereciam perigo” ou que, subjetivamente, estavam ali só para cometer crimes, os levavam até as vans ou, quando não havia enquadramentos, liberavam os menores, assim como aconteceu com as crianças abordadas na entrada do Parque Garota de Ipanema, já mencionado. Uma das coisas que mais me chamou atenção no campo era o fato de a maioria das crianças abordadas serem negras, estarem

com roupas surradas e descalços. Em entrevista ao site de notícias G1, José Mariano Beltrame, então Secretário de Segurança Pública da cidade, respondeu às críticas sobre a seletividade policial durante as abordagens na praia e afirmou:

[Durante a abordagem] não está em questão a questão racial, ou se ela [a pessoa abordada] vai cometer um delito. A palavra que fundamenta a abordagem da polícia chama-se vulnerabilidade. Eu pergunto para essas pessoas: como que o jovem sai, por exemplo, de Nova Iguaçu, a 30 km da praia, só com a bermuda e sem R \$1 no bolso para comer, beber, pagar um transporte e vai ficar no calorão que está fazendo. Não se trata de ser pobre ou rico, se trata de vulnerabilidade. (G1, 21/09/2015)

Porém, em uma reportagem exibida no RJTV e publicada pelo site de notícias G1, a Secretaria de Desenvolvimento Social, que é responsável pelas vans e pelos agentes sociais na praia, divulgou o perfil dos jovens abordados e constatou que a grande maioria era negra ou parda, menores de idade e não carregavam documentos.

A Secretaria de Desenvolvimento Social divulgou um perfil dos mais de 700 menores que foram abordados pela PM no verão de 2014 (na praia ou na saída da praia) e levados a abrigos da Prefeitura, considerados em condição de vulnerabilidade. A lista, que será enviada à secretaria de Segurança Pública para ajudar na triagem de adolescentes apreendidos, tem em sua maioria negros e pardos, com 86,68% do total. Grande parte também está matriculada em escolas, com 88%. Não há dados, no entanto, sobre a frequência às aulas. (G1, 23/09/2015)

Os dados da Secretaria de Desenvolvimento Social confirmam o que pude observar na praia de maneira recorrente: os grupos de meninos negros eram os mais abordados e os mais visados pelos órgãos de segurança pública, principalmente a polícia, que seleciona quais os indivíduos devem ser levados pelas vans. A partir do que observei, reparei que os agentes pouco faziam, sua função era apenas zelar pela segurança dos jovens uma vez já tendo cometido o crime e quando já haviam sido capturados, não havia um trabalho preventivo com os jovens, apenas repressivo. Moraes confirmou o que observei e reiterou que era comum o jovem menor de idade ser conduzido até a delegacia sem os agentes da assistência social, que ficavam presentes na praia durante grande parte do dia. Era comum também a abordagem policial a grupos aparentando ser menores de idade desacompanhados, sem que a Assistência Social tomasse ciência do acontecido. Na grande maioria das vezes os menores eram liberados sem a presença dos responsáveis legais, assim como denuncia o site de notícias G1 da Rede Globo.

Em uma abordagem acompanhada pelo G1 neste domingo (27), três jovens — dois menores e um maior — foram recolhidos de um ônibus da linha 455 que chegava à praia de Copacabana por volta de 13h40. Quinze minutos depois, eles foram recolocados por PMs em um ônibus que ia para o Centro, mesmo sendo moradores de Bangu e não tendo dinheiro para pagar outra passagem. Durante a abordagem, não havia nenhuma equipe da assistência social em apoio à polícia militar. Minutos antes, o secretário de segurança José Mariano Beltrame afirmara que o correto seria pedir apoio da SMDS.

"Quando esses ônibus são parados e essas pessoas são paradas se não tem assistência social, imediatamente é deslocada uma assistente social do ponto mais próximo para fazer essa avaliação. Critério final é da assistência social", disse. (G1, 27/09/2015)

O trabalho em conjunto parecia não acontecer realmente, os agentes da Secretaria de Desenvolvimento Social cumpriam apenas um papel burocrático, exigido por lei, de proteger o bem-estar da criança, porém isso não acontecia com frequência. Ao ser perguntado sobre o trabalho em conjunto com os agentes da assistência social, o policial Moraes me respondeu de forma sucinta a relação que a polícia possuía com o órgão e seus agentes.

– É difícil falar sobre eles (Agentes sociais) eles estão aqui na maioria das vezes para evitar que os menores sejam agredidos, que acontece pra caramba! Essa semana mesmo a gente viu na Tv aí um cara lá no Leme dando socos e pontapés neles(jovens). Então eles estão aí mesmo mais pra evitar que aconteça isso. Então eu acredito que a secretaria de assistência social estaria aí pra apoiar em uma possível condução *pra* juizado de menor, essas coisas. Na maioria das vezes leva pra delegacia da circunscrição, apresenta a ocorrência e depois que a ocorrência é prestada chama a secretaria de assistência social. Mas isso aí já foge da minha alçada. (Entrevista com Sargento Moraes)

Depreendi por fim, através da observação, que as vans não cumpriam o papel social ao qual estavam determinadas. As crianças e jovens continuavam na praia sem nenhuma assistência dos agentes, que permaneciam sentados quase todo o tempo. A polícia militar era a selecionadora dos meninos e determinava o futuro deles, para onde as vans iriam levá-los ou quando iam buscá-los. Foi muito interessante perceber como os padrões físicos, raciais e sociais determinavam na escolha policial e como o discurso de vulnerabilidade era usado para legitimar as abordagens.

Considerações finais

A polícia brasileira é caracterizada por uma tradição penalista, amparada na rotulação de determinados grupos sociais, que geralmente estão à margem da sociedade. Essa rotulação é associada à incriminação, resultando na apartação desses grupos marginalizados de determinadas

regiões da cidade, que geralmente possuem um elevado índice de desenvolvimento e baixas taxas de violência, se comparadas com outros bairros mas, principalmente, onde se concentra a classe média alta da cidade. A influência política e econômica dessa classe média impacta diretamente no ordenamento policial, na cidade e no modo como o policial vai enxergar cada pessoa de acordo com o local que ela ocupa na sociedade. O que se nota é que a cidade se organiza a partir de uma ideia da oposição de classes (Ribeiro,2000) e que essa oposição determina diretamente as políticas públicas implantadas na cidade, inclusive as que dizem respeito à segurança pública.

O que decorre dessa estratificação social que encontramos na cidade, é a ideia de que os problemas podem ser enfrentados sem observar sua globalidade, imaginando que ele possa ser resolvido excluindo, apartando ou silenciando determinados grupos. Observar como isso ocorre na praia e como isso afeta diretamente o trabalho policial me proporcionou perceber como os discursos incriminatórios se moldam a nossa realidade, criando padrões criminosos aos quais é admitida a violência policial.

As diferenças de tratamento na abordagem policial foi um dos temas que moveu esse trabalho e que pode ser muito bem observada no dia a dia dos frequentadores do Posto 7 da praia de Ipanema; sobretudo por alguns jovens daquele posto, sobre os quais é atribuída a figura do típico criminoso da praia e fomentador dos temidos “arrastões”. Observar como a polícia trata os jovens suburbanos, me proporcionou compreender como os discursos de poder de certos grupos, e até da mídia, interferiam diretamente na organização de nossa segurança pública.

Durante esses 25 anos, desde que os primeiros “arrastões” começaram a ser noticiados, surgiram diversos métodos apontados como milagrosos, que prometiam dar solução para o problema. Alguns desses métodos, de tempos em tempos, refletem a prática policial, como nas abordagens em que exigem que as pessoas portem dinheiro e documento para ir à praia. Algumas dessas estratégias continuam a ser usadas, mesmo que sejam ineficazes para o que se propõe, visto que os arrastões sobrevivem a elas por anos. Esta estratégia visa manter os jovens do Posto 7 sempre sob constante vigilância e tutela do estado.

O que pude perceber através desse trabalho é que a polícia carioca possui um alvo específico: os moradores oriundos do subúrbio. Os suburbanos que vêm até o Posto 7 parecem personificar os indesejáveis (Da Silva,2012), e estariam sujeitos a uma dinâmica policial diferente daquela praticada em relação a outros banhistas que frequentam a praia de Ipanema. A diferenciação se marcava desde o caminho até a chegada à areia na praia, onde os suburbanos eram

vigiados pelo aparato policial a todo o momento. Pois até sua chegada, passavam por inúmeras paradas policiais e constrangimentos que iam de abordagem até a retirada dos ônibus que os levavam até a Zona Sul.

A praia sempre foi, e continua sendo, objeto de disputas de diferentes “tribos” e classes sociais mas, sobretudo, configura-se em um espaço de intensa discriminação e segmentação social, onde as pessoas tendem a se separar e serem separadas umas das outras, como explico no capítulo 1 deste trabalho. Isso só reflete ainda mais a sociedade desigual e hierarquizada (Kant de Lima, 1999) em que nós vivemos, onde os iguais tendem a se desigualar na medida em que negam direitos ao próximo. Ao fim desse trabalho, exponho que a negação da cidadania faz parte da estratégia de controle policial, tornando fácil a dominação de determinados grupos sociais que foram dominados por toda sua história pelas classes mais altas da sociedade, através do braço armado do estado.

Estamos diante de um problema complexo, que possui diferentes meios de serem analisados e administrados. Neste trabalho, não proponho soluções para o problema dos “arrastões” e para a grande segmentação social que encontrei no ambiente praiano, apenas demonstro o que vi e o que percebi a partir do meu ponto de vista, como estudante de Segurança Pública e como jovem de classe média de Niterói. Entendo que o grande problema não está em tudo o que observei, mas sim na negação desses dilemas, frutos da violência, discriminação, racismo e sujeição criminal. Para que o problema seja enfrentado, ele deve ser encarado de forma séria e não minimizado, eles devem ser admitidos e não negados. Esse seria um passo importante em nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

Prefeitura quer traçar plano de prevenção contra arrastões no Rio. Porta de Notícias G1. Rio de Janeiro, 22/09/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/prefeitura-quer-tracar-plano-de-prevencao-contra-arrastoes-no-rio.html>>. Acesso em: 09/07/2017.

Adolescentes vandalizam ônibus na saída da praia no Rio; veja imagens. Portal de Notícias G1. Rio de Janeiro, 03/11/2016. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/adolescentes-vandalizam-onibus-na-saida-da-praia-no-rio-veja-imagens.html> >. Acesso em: 12/04/2017.

Sobe para 26 número de menores levados a abrigos no Rio após blitzes. Portal de Notícias G1. Rio de Janeiro, 27/09/2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/oito-menores-recolhidos-em-blitzes-sao-levados-para-abrigos-no-rio.html> >. Acesso em 13/04/2017.

Beltrame afirma que a polícia está 'constrangida' para coibir arrastões. Portal de Notícias G1. Rio de Janeiro, 21/09/2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/beltrame-afirma-que-policia-esta-constrangida-para-coibir-arrastoes.html> >. Acesso em 07/05/2017.

Justiça do RJ determina internação de menores envolvidos em arrastões. Portal de Notícias G1. Rio de Janeiro, 23/09/2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/justica-pede-internacao-de-menores-envolvidos-em-arrastoes-no-rio.html> >. Acesso em 15/06/2017.

BRUZA, Rafael. Jovens são expulsos de praia por sua 'aparência física e social', segundo jornalista. Porta Independente. 21/09/2016. Disponível em: <<http://independente.jor.br/jovens-sao-expulsos-de-praia-por-sua-aparencia-fisica-e-social-segundo-jornalista/>>. Acesso em: 09/07/2017.

Com 'operação de guerra', RJ faz blitz e reforça a segurança nas praias contra arrastões neste fim de semana. Porta de Notícia R7. 26/09/2015. Disponível em: < <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/com-operacao-de-guerra-rj-faz-blitz-e-reforca-seguranca-nas-praias-contr-arrastoes-neste-fim-de-semana-26092015>>. Acesso em: 09/07/2017.

Operação praia vai reforçar patrulhamento na orla carioca. Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. 23/09/2016. Disponível em: < <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2955158>>. Acesso em: 09/07/2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DA SILVA, J. Favelas e Violência no Rio: sem conflitos, entre o sonho e o pesadelo da apartação. MELLO, MADS, et al. Favelas cariocas ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, p. 393-413, 2012.

DOS SANTOS, Carlos Nelson F. e VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2ª edição. Convênio IBAM/FINEP. Rio de Janeiro, 1981.

FRANCISCO, Dalmir. "Arrastão Mediático e Racismo". In: DCS/FAFICH/UFMG. GABEIRA, Fernando. A Maconha. São Paulo: PubliFolha, 2000.

GRILLO, Carolina C; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19. Curitiba, 2011.

HUGUENIN, Fernanda. As praias de Ipanema: Liminaridade e Proxemia à beira-mar. 267f. Tese (Doutorado em Antropologia) Instituto de Ciências Sociais – ICS, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB, Brasília, 2011.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos civis, estado de direito e ‘cultura policial’: a formação policial em questão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 11, n. 41, p. 241-256, 2003.

_____. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de sociologia e política*, n. 13, p. 23-38, 1999.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

_____. O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro: Brooklink/Fenapef. 2010.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". In: *Lua Nova*, São Paulo, 1979.

NORBERT, Elias. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PIRES, Lenin. "Deus ajuda a quem cedo madruga?": trabalho, informalidade e direitos civis nos trens da Central do Brasil. In: MACHADO, L.; HEILBORN, M. & GROSSI, M. P. (orgs.). *Antropologia e Direitos Humanos*. V. 4. Blumenau: Nova Letra. 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. "Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro". In: RIBEIRO, L C. de Q. (org.). *O futuro das metrópoles – desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Revan/Fase. 2000

SANTOS, Joel Rufino. *Épuras do Social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2004.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Fronteiras simbólicas – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de *dois irmãos*, de Milton Hatoum. *Letrônica*. v. 7. Porto Alegre, 2014.